

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA ITCP/FURB NA INCUBAGEM DE  
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS**

**Angela Maria Coelho**

Florianópolis, julho de 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA ITCP/FURB NA INCUBAGEM DE  
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

**Por: Angela Maria Coelho**

**Orientador: Professor Armando Melo Lisboa**

**Área de Pesquisa: Desenvolvimento socioeconômico**

**Palavras-Chave:**     **1 Incubadora Populares de Cooperativas**  
                              **2 Inclusão social**  
                              **3 Economia Solidária**

Florianópolis, julho de 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota..... à aluna Angela Maria Coelho na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Professor Armando Melo Lisboa

Presidente

---

Professor Pedro Antônio Vieira

Membro

---

Professor Samya Campana

Membro

Dedico este trabalho à minha mãe, pelo exemplo transmitido, paciência,  
incentivo e a constante alegria e orgulho que demonstra  
ao me ver concluir mais uma etapa.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu namorado Samuel, pelo apoio, compreensão e incentivo.

À minha família, sempre tão dedicada e paciente.

À minha amiga Heloisa pela contribuição, tão importante para a realização deste estudo.

Ao professor Armando, pela orientação e repasse de seus conhecimentos, sempre tão valiosos.

À toda equipe da ITCP/FURB, e aos empreendimentos APRI e COOPERTTRAN, que contribuíram com as informações necessárias para a realização desta monografia.

Enfim, agradeço a todos os meus amigos, que de diversas maneiras colaboraram para que este trabalho fosse concluído.

Paz e sucesso a todos!

“Quando o pescador estende sua rede no chão ou na água, ela se deita horizontalmente, espreada para alcançar o espaço mais amplo que puder. Nenhum nó está acima dos outros, nem é mais importante do que os outros. Nenhum nó pode pensar os outros nós como competidores, adversários ou inimigos. Cada nó sabe que, fazendo parte da rede, está indissolivelmente ligado a quatro nós a seu redor, que por sua vez estão ligados cada um a quatro outros nós, numa progressão exponencial para formar a rede. Portanto, cada nó tem consciência de sua responsabilidade por si próprio, pela sua ligação com os quatro nós seus vizinhos, e pela integridade da rede inteira. Cada nó sabe que é único e que os outros nós também são únicos. É esta diversidade de nós que forma a unidade da rede. Quando o pescador reflete sobre esta maravilhosamente simples complexidade, lágrimas de emoção escorrem de seus olhos. Ele ama a rede, pois ela é obra dele, e é bela e eficaz. Ela reflete a maravilhosamente simples complexidade que ele é. Cada nó sabe que é único e que os outros nós também são únicos. Assim é a economia solidária. Ela é uma arte da vida. Ela (eco=casa; nomia=gestão) nos desafia à gestão e ao cuidado das diversas casas que habitamos (o corpo, a morada da família, a comunidade, o município, o ecossistema, o país, o planeta)”

*(Marcos Arruda)*

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo levantar aspectos sociais e econômicos no contexto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), uma iniciativa da Universidade Regional de Blumenau (FURB), que se lançou em 1999 uma empreitada para garantir que fosse criada uma alternativa de trabalho, renda e inclusão social para um grande número de desempregados na Região do Alto Vale do Itajaí por meio da economia solidária. Apresenta fundamentação teórica alicerçada em revisão de literatura a partir da produção científica e acadêmica, e, apresenta temas relacionados à rede solidária, economia solidária, incubadoras de cooperativas populares (objetivos, importância no contexto socioeconômico da comunidade), políticas públicas, entre outros assuntos pertinentes ao estudo. A partir dos objetivos e propósitos da pesquisa, além da introdução exposta no primeiro capítulo, mais seis capítulos formam este trabalho. Apresenta a introdução, o tema central deste estudo, os objetivos a serem alcançados, a contextualização do tema e problema da pesquisa, como também a justificativa (interesse e importância desta pesquisa para a comunidade científica), os procedimentos metodológicos, as técnicas de análise e coleta de dados, e a estrutura do estudo. Descreve o histórico da ITCP/FURB, incubadora referência deste estudo, bem como a metodologia, objetivos e propostas e organização interna da incubadora. Detalha a metodologia para seleção das equipes e para incubagem e pré-incubagem. Contempla dois empreendimentos que iniciaram com o apoio e orientação da ITCP e como estão colocados no mercado. O resultado apresenta pontos fortes e fracos da metodologia utilizada pela ITCP/FURB, bem como apresenta sugestões para melhoria.

**Palavras-chave:** Incubadoras de Cooperativas Populares. Inclusão social. Economia Solidária.

## **ABSTRACT**

This study attempts to raise social and economical aspects of the Popular Cooperatives Technologic Incubator (ITCP), an initiative of Blumenau Regional University (FURB), which in 1999 began a journey to assure the creation of jobs, income and social inclusion alternative to a great number of unemployed people in the Alto Vale do Itajaí region by solidarity economics. It presents theoretical basis built in literary review through academic and scientific production, and, presents themes related to solidarity network, solidarity economics, popular cooperatives incubators (goals, importance on the social and economical context of the community), public politics, among other issues related to this study. Through the goals and propositions of the research, in addition to the introduction exposed in the first chapter, other six chapters compose this work. The introduction presents the main theme of this study, the goals that will be reached, the contextualization of the theme and the research question, as well as its justification (interest and importance of this research to the scientific community), the methodological procedures, the data analysis and structure of the study. It describes the history of ITCP/FURB, the incubator which is reference to this study, as well as its methodology, goals and internal organization. This work details the methodology used to select the staff teams and to incubating and pre-incubating. It contemplates two enterprises which initiate with the support and guidance of ITCP and how they are located in the market. The result presents the strong and the weak aspects of the methodology used by ITCP/FURB and it also brings suggestions for its improvement.

**Key-words:** Popular Cooperatives Incubators. Social inclusion. Solidarity Economics.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Universidades/Incubadoras de Cooperativas Populares.....	22
Ilustração 2: Rede de Economia Solidária.....	27
Ilustração 3: Organograma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.....	28
Ilustração 4: Quantidade de Incubadoras de Cooperativas Populares e EES.....	32
Ilustração 5: Organograma da ITCP/FURB.....	49
Ilustração 6: Metas e Indicadores do projeto.....	58
Ilustração 7: Organograma da APRI.....	63
Ilustração 8: Gráfico do crescimento de cooperados por ano.....	69
Ilustração 9: Placa de identificação do Empreendimento APRI.....	85
Ilustração 10: Fachada do Galpão da APRI.....	85
Ilustração 11: Caminhão saindo para coleta – APRI.....	86
Ilustração 12: Lixo para separação APRI.....	86
Ilustração 13: Material já selecionado - APRI.....	87
Ilustração 14: Prensa utilizada para acoplar o material – APRI.....	87
Ilustração 15: Interior do galpão e os separadores – APRI.....	88
Ilustração 16: Associados exercendo as atividades – APRI.....	88
Ilustração 17: Material já selecionado e embalado – APRI.....	89
Ilustração 18: Placa de identificação do empreendimento COOPERTTRAN.....	90
Ilustração 19: Fachada do empreendimento COOPERTTRAN.....	90
Ilustração 20: Pátio da cooperativa COOPERTTRAN.....	91
Ilustração 21: Caminhão e posto de abastecimento COOPERTTRAN.....	91

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCRED	- Associação de Gestores de Entidades de Micro-crédito
APRI	- Associação Participativa Recicle Indaial
BNDES	- Banco nacional de Desenvolvimento Social
CEPE	- Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
COEP	- Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida
COOPERTTRAN	- Cooperativa de Terraplanagem e Transporte
COOTRAM	- Cooperativa dos trabalhadores autônomos do complexo de Manguinhos
DRT	- Delegacia Regional do Trabalho
ES	- Economia Solidária
EES	- Empreendimentos de Economia Solidária
FAED	- Centro de Ciências da Educação
FAT	- Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES	- Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	- Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	- Fundação Oswaldo Cruz
FURB	- Faculdade Regional de Blumenau
ICCO	- Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento
IPC	- Incubadora Popular de Cooperativas
IPS	- Instituto de Pesquisa Social
ITCP	- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	- Organização não-governamental
PLANSEQ	- Plano Nacional de Qualificação – Economia Solidária
PPNFES	- Por uma Política Pública Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária
PROERC	- Pró-reitoria de Extensão e Relações Comunitárias
PRONINC	- Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RESVI	- Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí
SAMAE	- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
SEB	- Secretariado Executivo bilíngüe
SENAES	- Secretaria Nacional da Economia Solidária
SETREDE	- Secretaria de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico
SIES	- Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UDESC	- Universidade Estadual de Santa Catarina
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina
UNITRABALHO	- Rede Interuniversitária de Estudos do Trabalho
URB	- Companhia Urbanizadora de Blumenau

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
<b>1.2.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>12</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>12</b>
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.4 PLANO DE DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	14
<b>1.4.1 Técnica de coleta de dados.....</b>	<b>18</b>
<b>1.4.2 Análise dos dados.....</b>	<b>18</b>
1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO.....	19
<b>2 A TRANSFORMAÇÃO DO MERCADO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ NA DÉCADA DE 80, A INSTITUIÇÃO E O CRESCIMENTO DO TRABALHO COOPERATIVO.....</b>	<b>20</b>
2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	23
2.2 INCUBADORAS POPULARES DE COOPERATIVAS.....	31
2.3 ARTICULAÇÃO EM REDE E REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	34
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	35
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DO ESTUDO.....</b>	<b>41</b>
3.1 INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (ITCP/ FURB).....	41
<b>3.1.1 Histórico da ITCP/FURB.....</b>	<b>42</b>
<b>3.1.2 Metodologia, Objetivos e Propostas da ITCP.....</b>	<b>44</b>
<b>3.1.3 Organização interna da ITCP/FURB.....</b>	<b>46</b>
<b>3.1.4 Procedimento seletivo das equipes.....</b>	<b>51</b>
<b>3.1.5 Metodologia de Incubagem e Pré-incubagem.....</b>	<b>52</b>
<b>3.1.6 Processo de Incubagem.....</b>	<b>54</b>
<b>4 ESTUDO DE CASO DOS EMPREENDIMENTOS: APRI E COOPERTTRAN.....</b>	<b>61</b>
4.1 ASSOCIAÇÃO PARTICIPATIVA RECICLE INDAIAL (APRI).....	61
4.2 COOPERATIVA DE TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM (COOPERTTRAN).....	66
..	
<b>5 APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DO ESTUDO E SUGESTÕES.....</b>	<b>71</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro elaborado para direcionar a visita aos empreendimentos APRI e COOPERTTRAN.....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICE B – Fotos dos empreendimentos APRI.....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE C – Fotos dos empreendimentos COOPERTTRAN.....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXO A – Folder Economia Solidária – Governo Federal.....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXO B – Folder ITCP/FURB.....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO C – Estatuto APRI.....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXO D – Folder APRI.....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO E – Cartões de visita APRI e COOPERTTRAN.....</b>	<b>114</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma monografia de conclusão do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este estudo tem como fundamentação a questão social e econômica, mais especificamente sua aplicabilidade no contexto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), uma iniciativa da Universidade Regional de Blumenau (FURB), que nasceu no ano de 1999, em Blumenau.

No trabalho são levantados aspectos relativos ao desenvolvimento socioeconômico de indivíduos que se encontravam excluídos do mercado de trabalho e, conseqüentemente, estavam economicamente inativos.

O estudo aborda a iniciativa da ITCP/FURB em colaborar, orientar e construir empreendimentos e empreendedores, por meio dos princípios da economia solidária, com o objetivo de garantir aos indivíduos vítimas do desemprego, uma oportunidade de emprego, renda e uma vida digna.

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

A criação e implementação de uma incubadora de empresas é um processo que envolve trabalho com empenho e a aplicabilidade de conhecimentos específicos.

Com o nascimento da ITCP/FURB, foi possível concretizar objetivos e metas para uma parte da comunidade do Alto Vale do Itajaí que sofreu as conseqüências da crise da indústria têxtil nas décadas de 80 e 90, a qual mudou a forma de produção e alterou o cenário do mercado de trabalho.

Com o objetivo de proporcionar uma nova perspectiva para os milhares de trabalhadores que se viram sem sustento, a ITCP/FURB desenvolveu uma metodologia para auxiliar e orientar, bem como acompanhar as iniciativas empreendedoras. Ligada ao Instituto de Pesquisa Social (IPS), também uma iniciativa da FURB, e ao Núcleo Local da Rede Interuniversitária de Estudos do trabalho (UNITRABALHO), a ITCP/FURB tem por objetivo, não só garantir a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, como também fazer com que eles se estabeleçam donos do próprio negócio, além de contribuir

para a formação humana e cidadã de todos os envolvidos nesta iniciativa.

Dentro desse contexto torna-se importante avaliar e retratar o resultado do trabalho da ITCP/FURB na Região do Alto Vale do Itajaí, no sentido de comprovar a validade dessas ações baseadas na economia solidária para a sociedade.

Diante do exposto, o presente estudo visa responder a seguinte questão: o programa desenvolvido pela ITCP/FURB, a partir da incubagem de empreendimentos solidários é efetivo?

## 1.2 OBJETIVOS

Os objetivos do estudo foram delineados de acordo com a necessidade de se obter detalhes e informações sobre o trabalho desenvolvido pela ITCP para as empresas estudadas, de forma a contribuir no processo de expansão de suas atividades, por meio da divulgação deste estudo.

### 1.2.1 Objetivo geral

Avaliar a atuação da ITCP/FURB na incubagem de empreendimentos de economia solidária.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Elaborar revisão teórica sobre Incubadoras de cooperativas populares, economia solidária, políticas públicas para economia solidária e rede solidária;
- b) Aprofundar o estudo sobre a ITCP/FURB enquanto projeto de pesquisa e extensão da FURB;

c) Retratar o modelo de implementação de dois empreendimentos da ITCP/FURB: Associação participativa Recycle Indaial (APRI) e a Cooperativa de Transportes e Terraplanagem (COOPERTTRAN) e, qual resultado foi gerado.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Inicialmente, o interesse para o tema deste estudo era o de pesquisar sobre o Projeto Aroeira e sobre a Incubadora Popular de Cooperativas (IPC), formada a partir deste projeto. O interesse surgiu a partir da leitura do livro “Que cara tem o Aroeira?: uma contribuição à sistematização de uma prática de educação popular e inclusão cidadã”, da autora Nadir Esperança Azibeiro, Professora do Centro de Ciências da Educação – FAED-UDESC, coordenadora do programa Entrelaços do Saber. No livro, a autora supracitada relata a idéia de criação do projeto Aroeira e as inúmeras contribuições e resultados positivos que as atividades do Projeto vêm proporcionando aos jovens participantes das comunidades envolvidas.

Junto ao projeto Aroeira nasceu a Incubadora Popular de Cooperativas (IPC) com o propósito de promover a inclusão socioeconômica por meio do resgate da dignidade e cidadania via especialização profissionalizante, garantindo o primeiro emprego e recuperando a responsabilidade e o comprometimento, tendo em vista que os responsáveis pelos resultados, crescimento e continuidade do projeto são os participantes e gestores das oficinas.

Após inúmeras visitas e um estudo feito na implementação da IPC, optou-se por realizar um estudo na ITCP/FURB, pois o fundamento da economia solidária, utilizado por esta iniciativa, pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento da IPC e de outros tantos projetos existentes no Brasil, hoje em dia.

Nesse sentido, o estudo em questão pretende analisar a forma de trabalho da ITCP/FURB, a gestão das cooperativas, por meio do levantamento de dados quantitativos e qualitativos, que objetiva delinear um panorama da vivência atual, demonstrando quais empreendimentos obterão maior êxito ao longo dos meses em estudo. O conhecimento desses dados proporcionará embasamento para obtenção da resposta da pergunta deste estudo, bem como responder aos objetivos do trabalho.

Dessa forma, justifica-se a necessidade deste estudo, cujo objetivo é tão rico e necessário, tanto para a sociedade em geral, como para o meio acadêmico e científico, por se tratar unicamente do esforço conjunto para formação de uma sociedade mais justa.

#### 1.4 PLANO DE DELINEAMENTO DA PESQUISA

O plano inicial da pesquisa constitui na exploração do ambiente em que foram levantados e definidos os problemas. Assim, o estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa.

A fim de manter o foco nos objetivos propostos e de estudar e compreender os procedimentos de trabalho de uma incubadora popular de cooperativas observou-se a necessidade de não apenas conhecer os processos atuais e elaborar relatórios informativos, mas também levar as informações posteriormente às práticas de melhorias necessárias, já utilizados pela Incubadora em análise, bem como suas necessidades de melhorias e já visualizar posteriores soluções, a metodologia científica contribuiu na obtenção dos dados para elaboração do trabalho.

Na visão de Galliano (1986), o conhecimento científico resulta de uma investigação metódica da realidade. Os fatos são analisados a fim de descobrir causas e concluir as leis que os regem. Serve também, como um instrumento utilizado pela Ciência na avaliação da realidade composto por um conjunto de procedimentos, para que os problemas científicos sejam formulados.

Lakatos e Marconi (1991) afirmam que todas as ciências fazem uso da metodologia científica, mas que o uso das metodologias não é exclusivo da ciência. As autoras definem método como o conjunto das atividades sistemáticas que, com segurança e economia, permite o alcance dos objetivos e por meio de conhecimentos verdadeiros é traçado o caminho a ser seguido, visualizando erros e auxiliando nas tomadas de decisões.

Para Rauen (2002, p. 56),

as pesquisas quantitativas de descrição são conhecidas como levantamento de dados, de sondagem ou *survey*. A pesquisa de levantamento consiste na solicitação de informações a um grupo estatisticamente significativo de pessoas sobre um problema estudado, para posterior análise quantitativa e/ou qualitativa.

O enfoque descritivo busca descrever rotinas administrativas e operacionais,

vividas diariamente pela entidade estudada. A abordagem qualitativa e quantitativa se dá por o estudo se propor a realizar uma investigação quanto ao crescimento dos empreendimentos, enquanto forma de cooperativa de trabalho.

No entendimento de Cervo e Bervian (2002, p. 69), “os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo”.

Da mesma forma que o conhecimento científico, a pesquisa exploratória tem por finalidade evidenciar as relações existentes entre os elementos que a compõem.

Para Roesch (1999, p. 262), “o enfoque exploratório tem como objetivo explorar uma nova área e construir ou fazer a teoria emergir a partir da situação”.

Na visão de Gil (2002, p. 41) as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito [...] têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

Com a experiência prática vivenciada nos próprios empreendimentos, ouvindo os participantes e buscando fundamentação em livros e auxílio na literatura, pôde-se iniciar um processo de pesquisa exploratória para descoberta do resultado das ações realizadas pela iniciativa da ITCP/FURB. Como fonte de informação obtiveram-se dados sobre o custo de implementação, bem como acesso às informações de funcionamento da incubadora. A partir daí, foi possível a formulação dos objetivos com o intuito de responder sobre o impacto de implementação de empreendimentos solidários pela ITCP/FURB no cenário socioeconômico da região do Alto Vale do Itajaí.

Dessa forma, afirma-se o conceito estabelecido por Gil (2002, p. 42) no qual descreve que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial, a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações variáveis”.

Cervo e Bervian (2002, p. 66) concordam afirmando que “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

Os autores citam ainda que, a pesquisa descritiva, avalia a relação de um fenômeno com o outro e que geralmente são apresentados dados e problemas que merecem ser estudados e cujo registro não consta em documentos.

Por meio de entrevista com associados e cooperados das empresas estudadas, a pesquisa proporcionou embasamento para avaliação dos dados disponíveis, embora sem qualquer manipulação no momento. Efetivamente foram coletados dados (documentos)

que mostraram a realidade das atividades desenvolvidas nos empreendimentos, com o objetivo de mensurar o impacto socioeconômico de implementação de empreendimentos solidários, bem como saber se a iniciativa da ITCP está ajudando o trabalhador excluído do mercado de trabalho.

Outra técnica utilizada e de grande valia foi a pesquisa documental, que para Gil (2002, p. 45),

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Nesse sentido, a análise documental partiu dos documentos disponibilizados pela ITCP, como: relatórios, planilhas e planos de trabalho. A partir dos documentos citados anteriormente, a contribuição para visualização da pesquisa tornou-se mais real para com a realização do trabalho.

Cervo e Bervian (2002, p. 67) relatam que na pesquisa documental “são investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características. Estuda a realidade presente, e não o passado, como ocorre com a pesquisa histórica”.

Sob o ponto de vista de Marconi e Lakatos (1999, p. 64), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser recolhidas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

A obtenção de materiais durante a investigação possibilitou que fosse feita a pesquisa ou análise documental. Para Rauen (2002), o mais importante é saber a autenticidade dos documentos, uma vez que toda a pesquisa será elaborada a partir deles.

As fontes de estudos para elaboração do trabalho são livros, artigos, teses e monografias que permitiram a utilização da pesquisa bibliográfica.

Como complemento para as anotações, pesquisas, avaliações e conceitos, a observação em tempos e locais diferentes, confirma-se os dados coletados anteriormente e proporcionam experiências de fato.

Percebe-se, no entanto, que não é nada fácil criar um programa de trabalho e uma estrutura adequada para que esse trabalho se desenvolva, pois as dificuldades encontradas no dia-a-dia são imensas e dependem do esforço do conjunto de pessoas envolvidas neste

processo, até a cooperação de fatores e atores externos que podem contribuir para a realização de um projeto desse porte.

Todos os dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas e observação participativa, foram analisados a partir da interpretação do material obtido no levantamento dos documentos pertinentes, subsidiados na literatura existente realizada por meio de pesquisas bibliográficas.

Por se tratar de uma iniciativa com grandes valores trazidos pela implementação e funcionamento de outros empreendimentos semelhantes, foi efetuada a escolha da pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (2002, p. 21), “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...]. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]”.

Em relação a este aspecto, Gressler (2004), define as características da pesquisa qualitativa como sendo:

- a) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados;
- b) A intervenção do pesquisador no contexto observado é reduzida ao mínimo;
- c) Os métodos da pesquisa qualitativa são múltiplos, interativos e humanísticos;
- d) O processo de pesquisa (objetivos, métodos e dados) emerge do contexto estudado, ao invés de ser pré-fixado. Em uma abordagem indutiva, o pesquisador parte de questões amplas, focos de interesse ou recortes de uma determinada realidade, deixando que dimensões e categorias surjam, progressivamente, durante os processos de coleta e análise de dados;
- e) A pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. A interpretação dos resultados desponta como a totalidade de uma especulação que tem como base a descrição de um fenômeno em um contexto.
- f) A investigação qualitativa é um projeto cívico, participativo e colaborativo.

Para Rauen (2002) pesquisas qualitativas de descrição são aquelas que não se conformam apenas com os dados bibliográficos, mas confiam na notação qualitativa que não interfere na realidade e ainda ressalta que as metodologias qualitativas dificilmente se deixam analisar por números, considerando aspectos fundamentais da realidade como crenças e valores.

Acredita-se que com a utilização desses procedimentos metodológicos o resultado do estudo seja válido e autêntico, pois além de ser composto pela análise da situação e

realidade atual, se constituirá da participação efetiva do pesquisador e dos pesquisados, que estão envolvidos diretamente na realização de todo o trabalho.

O próximo capítulo e seções seguintes apresentam: a técnica para coleta e análise dos dados.

#### **1.4.1 Técnica de coleta de dados**

Os dados serão coletados por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevistas informais, observação participativa. O questionário (APÊNDICE A) será utilizado para quantificar e qualificar o perfil do empreendimento, bem como os resultados apresentados. O instrumento foi elaborado a partir do objetivo do estudo, portanto é composto de questões objetivas que visam obter informações sobre o desempenho da ITCP/FURB em relação à assessoria prestado para os empreendimentos.

#### **1.4.2 Análise dos dados**

Os dados serão analisados por meio da interpretação do material obtido no levantamento dos documentos pertinentes, subsidiados na literatura existente realizada através de pesquisas bibliográficas.

No próximo capítulo apresenta-se a estrutura, histórico, metodologia e objetivos da Incubadora Tecnológica Popular de Cooperativas ITCP/FURB, o qual possibilitará maior entendimento em torno dessa estratégia da Economia Solidária como alternativa de gerar trabalho e renda e proporcionar a inclusão social.

## 1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

O presente estudo delineou-se a partir dos objetivos e propósitos da pesquisa. Além do capítulo 1, mais sete capítulos compõem este trabalho, cuja seqüência indica-se a seguir.

O Capítulo 1 apresenta a introdução, o tema central deste estudo, os objetivos a serem analisados, a contextualização do tema e problema da pesquisa, como também a justificativa (interesse e importância desta pesquisa para a comunidade científica), o plano de delineamento da pesquisa, as técnicas de análise e coleta de dados, e a estrutura do estudo.

No Capítulo 2 é apresentada a Revisão de Literatura que aborda temas relacionados à rede solidária, economia solidária, incubadoras de cooperativas populares (objetivos, importância no contexto socioeconômico da comunidade), políticas públicas, entre outros assuntos pertinentes ao estudo.

Já o capítulo 3 descreve a caracterização da empresa, o histórico da ITCP/FURB, incubadora referência deste estudo. Destaca-se o histórico, competências, atribuições, e apresenta ainda a metodologia utilizada para seleção das equipes e para incubagem e pré-incubagem, objetivos e propostas e organização interna da incubadora.

No capítulo 4 apresentam-se os empreendimentos selecionados para análise do desempenho dos serviços prestados pela ITCP/FURB.

A apresentação dos resultados do estudo e as sugestões e recomendações estão descritos no capítulo 5.

Por fim, as considerações finais estão descritas no capítulo 6. E finalizando a estrutura deste estudo, estão as referências e os anexos indispensáveis na elaboração deste trabalho.

## **2 A TRANSFORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ NOS ANOS 80 E 90, A INSTITUIÇÃO E O CRESCIMENTO DO TRABALHO COOPERATIVO**

Desde a década de 80 ocorreram inúmeras mudanças no cenário econômico do Brasil, devido a algumas decisões em nível governamental que conduziram o país a transformações no campo econômico, gerando graves implicações no mercado de trabalho.

A automação tecnológica de determinadas etapas da produção industrial, aliada à redução de demanda dos produtos, gerou um dos efeitos mais perversos da globalização, destacando a redução significativa do nível de emprego, principalmente nas grandes indústrias (CORREA; PIMENTA, 2006).

Houve nessa época uma forte reestruturação da mão-de-obra, redução de salários, aumento da jornada de trabalho e do número de trabalhadores informais, além das inúmeras empresas que fecharam as portas por não terem condições de realizar os investimentos necessários para continuar no mercado.

De acordo com Nakano, Ancassuere e Villar (2006), em função desse quadro de desemprego no Brasil, os anos 80 foram denominados como “a década perdida” e os anos 90 como “a década mais que perdida”. As demissões se davam pelas mais diversas formas, sejam elas por demissão voluntária ou por demissão em massa. De qualquer maneira, o indivíduo se via sozinho em busca de saídas para o desemprego.

Segundo Martins (1997), em 1990 aconteceram demissões em massa no setor industrial, sendo que no Brasil das 4,3 mil empresas, 656 fecharam as portas.

Além do avanço tecnológico, outro fator foi motivador dessa crise na indústria têxtil: a forte concorrência dos produtos importados. Foi bem nessa época que os municípios do Alto Vale do Itajaí foram envolvidos em um sistema de readaptação e reestruturação do processo de trabalho, para poderem atender às demandas e às imposições do mercado.

A eliminação ou a redução de determinados setores na fábrica dispensa trabalhadores permanentes e provoca um aumento da demanda por prestadores de serviços, tais como: facção domiciliar ou industrial, estamparias, bordados, lavanderias, entre outras, originando novas relações de trabalho e redefinindo a sua localização espacial. A indústria de confecção tem sido considerada um exemplo empírico de atividade produtiva, na qual as formas *secundárias* de produção, principalmente a subcontratação e o trabalho a domicílio, com conseqüente dispersão da produção, possuem grande importância

(PINHEIRO, 1993 apud CORREA; PIMENTA, 2006).

Em decorrência de todas essas mudanças, Lins (2006) explana que, nos anos 90 foi registrado um novo comportamento em relação ao trabalho no Brasil, traduzido como o crescimento do trabalho cooperativo.

De acordo com o autor supracitado, trabalho cooperativo é aquele realizado por coletivos de trabalhadores associados em empreendimentos — cooperativas — criados por eles próprios e dos quais são proprietários.

Para Furtado e Alves (2000 apud LINS, 2006), em 1990 existiam 751 cooperativas de trabalhadores em todo o País. No ano de 2000 existiam em torno de 5.660, com cerca de seis milhões de cooperados.

De fato, a instituição e o crescimento do trabalho cooperativo trouxeram para os moradores do Alto Vale do Itajaí uma oportunidade de trabalho e renda, fazendo com que os milhares de desempregados pudessem sustentar suas famílias e viver dignamente. As cooperativas se tornaram possibilidades concretas para os afetados pela crise do trabalho. Para Schneider e Vicente (1996 apud Lins, 2006), as cooperativas de trabalho significaram uma resposta para as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, acompanhada da crescente automação e informatização dos processos produtivos, gerando a crise do desemprego. Tais cooperativas constituíram uma oportunidade de renda para os muitos excluídos da sociedade.

Além desses aspectos, cabe ressaltar que o trabalho cooperativo veio para despertar o lado da ajuda mútua e o crescimento dos indivíduos por meio da solidariedade, pois a formação de uma cooperativa reúne aspectos do trabalho em grupo, no qual cada pessoa/cooperado contribui, seja com o conhecimento, seja com máquinas ou equipamentos, matéria-prima ou mão-de-obra, enfim com o recurso que lhe for disponível.

Vale destacar que, em meio a este modo de trabalho, surgem novos conceitos e modelos para o trabalho produtivo, no qual são ressaltadas as relações democráticas, bem como o trabalho e o consumo, e não o lucro como prega o sistema capitalista (SINGER, 2000).

Por outro lado, a constituição de cooperativas trouxe também as dificuldades existentes na implantação de qualquer processo produtivo. Foram detectadas razões como: falta de registro em carteira, supressão dos benefícios que acompanhavam o salário; instabilidade no ritmo de trabalho e no recebimento do salário. Também as dificuldades de administrar o negócio foram grande motivo de preocupação para os cooperados (LINS,

2006).

Para o autor supramencionado, a cooperativa constitui uma alternativa de ocupação e renda, mas prestar serviços por meio de estruturas cooperativas também representa maior precariedade no trabalho, pois a alternância entre fases de encomendas volumosas e fases de pouca atividade, reflexo da sazonalidade dos fluxos de subcontratação, é fonte de incertezas e torna bastante penoso os períodos de concentração de trabalho.

Em decorrência dessa realidade, cresce o número de cooperativas nos últimos anos [...] estruturadas a partir de diversos segmentos — políticas governamentais, organismos internacionais, Igreja, Organizações Não-governamentais (ONG's), Universidades, etc. — essas cooperativas refletem diferentes intencionalidades quanto ao projeto político, econômico e educacional, ou seja, reproduzem um determinado “modelo de cooperativismo” de acordo com o segmento que as apóia (BARROS, 2004, p. 193).

Neste contexto surge o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), criado pela FINEP em 1998 e também mais cinco incubadoras universitárias, as quais em conjunto com a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), possibilitaram a criação da ITCP, base deste estudo.

O quadro a seguir apresenta as principais incubadoras que trabalham para formação e consolidação de cooperativas populares.

#### Universidades/Incubadoras de Cooperativas Populares

<b>UNIVERSIDADES/INCUBADORAS (por ordem de fundação)</b>	<b>ESTADO</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>INÍCIO DAS ATIVIDADES</b>	<b>COORDENAÇÃO COLEGIADA DA REDE</b>
1 Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Sudeste	Janeiro – 1996	Coord. Geral até 2002/2
2 Universidade Federal do Ceará	Ceará	Nordeste	Maio – 1997	
3 Universidade federal de Juiz de Fora	Minas Gerais	Sudeste	Março – 1998	Coord. Regional Sudeste
4 Universidade federal Rural de Pernambuco	Pernambuco	Nordeste	Outubro - 1998	
5 Universidade Estadual da Bahia	Bahia	Nordeste	Outubro - 1998	
6 Universidade de São Paulo	São Paulo	Sudeste	Outubro - 1998	Coord. Geral 2003
7 Universidade Federal do Paraná	Paraná	Sul	Março – 1999	Coord. Regional Sul
8 Fundação de Ensino Superior São João Del Rei	Minas Gerais	Sudeste	Maio – 1999	
9 Universidade Federal de São Carlos	São Paulo	Sudeste	Maio – 1999	
10 Universidade Regional de Blumenau	Santa Catarina	Sul	Junho – 1999	
11 Universidade do Vale do Rio dos Sinos	Rio G. do Sul	Sul	Novembro – 1998	
12 Universidade Católica de Pelotas	Rio G. do Sul	Sul	Outubro – 1999	
13 Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Rio G. do Norte	Nordeste	Outubro - 2001	Coord. Regional Nordeste
14 Universidade Estadual de Campinas	São Paulo	Sudeste	Outubro - 2001	

Ilustração 1: Universidades/Incubadoras de Cooperativas Populares

Fonte: Barros (2004).

Sendo assim, apresenta-se no próximo capítulo às bases do trabalho cooperativo dentro da economia solidária, da rede solidária, bem como revisão teórica sobre Incubadoras de Cooperativas Populares, com o intuito de esclarecer o trabalho da FURB.

## 2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os empreendimentos de economia solidária estão em expansão no Brasil e têm caráter extremamente promissor, pois têm um perfil que apresenta mudanças na qualidade das condições e relações de trabalho.

Para Souza (2000, p. 7), “os empreendimentos solidários ainda têm pouco peso econômico, mas possuem grande significação cultural, afinal são experiências destacadamente educativas”.

A economia e o desenvolvimento solidário, como já está no próprio nome tem como base a construção da solidariedade.

A solidariedade é um conceito discutido e praticado já há bastante tempo. É um princípio ético que provoca um resultado positivo na sociedade, com o intuito de criar condições de melhoria para a mesma.

Ser solidário é ter responsabilidade mútua ou interesse comum. Solidariedade é quando existe dependência mútua em ter pessoas, que obsta a que umas possam conseguir certas vantagens sem que as outras as consigam também. (OBIOL, 1980).

A solidariedade é um conceito ausente dos manuais de economia. Mas, as relações comunitárias são muito fortes na “economia dos pobres”. Sem elas não é possível entender como aqueles “tão pobres” logrem constituir uma economia operando com baixa produtividade recursos tão limitados — inclusive os descartados como obsoletos, ineficientes — e sem acesso ao crédito. Estes recursos se potencializam pela força da solidariedade, a qual, como um outro fator econômico, desencadeia uma sinergia comunitária. (LISBOA, 2007).

A partir de conceitos como solidariedade, sociedade, economia, democracia, entre outros, surge a economia solidária, que vem como uma forma de evitar a exclusão social, garantir empregos e compor um cenário econômico igualitário para as comunidades que

participarem.

De acordo com Singer (2000, p. 13 apud Pieritz, 2004, p. 22),

a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) [...].

Conforme o pensamento do autor supramencionado, o modo de produção está sendo reinventado, recriado por meio da economia solidária, pois ela permite a socialização dos meios de produção por intermédio da cooperação e da autogestão.

Os projetos autogestionários crescem rapidamente no Brasil e têm como finalidade combater o desemprego com o princípio da autogestão (Souza, 2000).

Singer (2000, p. 13) afirma que “a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”, pois os trabalhadores desenvolvem as atividades de trabalho com o propósito de atender as necessidades impostas pelo sistema capitalista.

Ainda conforme o autor supracitado, “o capitalismo se originou da produção simples de mercadorias, negando-a ao separar a posse e o uso dos meios de produção e distribuição”.

De acordo com Lisboa (2007), a população trabalhadora sofre com a exclusão social, devido a crescente autonomia do capital. Porém, a crise da sociedade baseada no trabalho assalariado e contratual também perde as características impostas pelo capitalismo. Esta crise configura uma oportunidade de emancipação dos trabalhadores e de emancipação humana, pois a finalidade do trabalho passa a se constituir das necessidades integrais das pessoas e não mais da satisfação das necessidades de capital.

Abritta (2003, p. 2 apud PIERITZ, 2004, p. 21), afirma que,

a violência crescente, o desperdício dos recursos naturais vitais, desvalorização do trabalho humano, a impotência dos Estados para influenciar a economia, a visibilidade da corrupção, a descrença na ação política e o retrocesso político em certos países trazem pesadas conseqüências, principalmente, para as populações mais pobres.

O modelo de substituição de importações agravou a crise que se originou da reestruturação produtiva e da globalização econômica. Porém cabe destacar que, a população mais pobre consegue inventar novas solidariedades, pois nunca esperou pelo Estado para que alguma benfeitoria acontecesse. (LISBOA, 2007).

Ainda sob o ponto de vista de Lisboa (2007, p. 6), “há de reconhecer que do

cotidiano das classes populares levantam-se não apenas grandes lideranças, mas também um círculo protetor de iniciativas econômicas autônomas. As redes de solidariedade informais oferecem alguma proteção fora do mercado”.

Recentemente descobertas pelos intelectuais e governos, as atividades que dão substrato à economia popular são, em verdade, muito antigas, porém não eram visíveis para o olhar regido pelos parâmetros da razão iluminista. A economia popular era (e continua sendo) incompreensível (e desvalorizada) pelos parâmetros da razão econômica-social dominante. O olhar iluminista (em especial o pensamento periférico, o qual tende a reedificar ainda mais o moderno) sempre desqualificou as práticas mais tradicionais, nas quais em geral não existia o sentimento de insegurança com relação ao sustento da família. Nos países semiperiféricos, em particular, a acumulação capitalista não levou à desorganização da pequena produção mercantil: sempre tivemos um grande conjunto da população “sobrevivendo” às margens do mercado numa economia de “subsistência”, subordinada sem dúvida (LISBOA, 2007, p. 16).

O papel da economia informal e da economia popular toma nova face em virtude das novas formas de organização do trabalho, gerando novas interpretações das mesmas. O setor informal (trabalho informal) passa a ter duas visões distintas: o caráter de submissão e o de independência. (LISBOA, 2007).

Como afirma o autor supramencionado, o

atual estágio do capitalismo não faz apenas evidenciar a economia solidária junto à economia popular (e mesmo fora da mesma), como também as revigora, em função da crescente indiferenciação entre produção e reprodução com a multiplicação do trabalho à distância e no domicílio (afetando a localização espacial das atividades produtivas, redesenhando os espaços urbanos e os comportamentos sociais).

Esse novo desenho do comportamento social e das atividades produtivas nada mais é do que o fenômeno da economia solidária, a qual se fundamenta em princípios de divisão igualitária, solidariedade e o sentido do trabalho como garantia de renda e sobrevivência.

A economia solidária é um fenômeno recente que vem obtendo crescente visibilidade econômica, social e política. No Brasil, um conceito que passa a ser apropriado na disputa de identidades sociais e na esfera pública por um número cada vez maior e diverso de atores nos últimos anos. De certa forma, a economia solidária tende a voltar ações para o setor público, democratizando a economia e o Estado. Nesse sentido, é possível perceber que, a economia solidária busca, por meio do trabalho, garantir o desenvolvimento e o crescimento econômico, pessoal, civil e ético das pessoas de determinada comunidade.

A abertura do mercado global resultou em uma transformação na estrutura produtiva e na configuração do mercado. A concorrência por um emprego formal está cada vez mais acirrada, já que o mercado exige em sua nova configuração, maior capacitação e

especialização do profissional, o que colabora com a precarização das relações de trabalho e o achatamento dos salários.

A vítima do desemprego se dispõe a aceitar quaisquer condições para obter algum tipo de remuneração para sentir-se digno, mesmo que esta negociação caracterize a máxima exploração ou como em muitos casos uma situação de escravidão extrema.

Em resposta ao desemprego estrutural, a atividade autônoma individual ou coletiva, legalizada ou informal, cresce muito. E é a partir de atividades autônomas coletivas que se constitui a economia solidária. A economia solidária surge como uma nova proposta aos modos de produção e distribuição de seus resultados. No Brasil a economia solidária vem adquirindo força com o apoio de importantes entidades e movimentos sociais, tais como igrejas, universidades, sindicatos e partidos políticos.

Com o atual governo, o campo da economia solidária (ANEXO A) recebeu reconhecimento de sua importância, pois foi criado o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), responsável pelos direitos dos trabalhadores assalariados e a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES).

A SENAES tem como missão difundir e fomentar as iniciativas do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), este disponível na *homepage* [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br), onde estão incluídas as principais agências de fomento da economia solidária, a Associação de Gestores de Entidades de Micro-Crédito (ABCRED), as principais associações e redes de empreendimentos solidários do país.

Com a descentralização das atividades do FBES, foram organizados fóruns estaduais de economia solidária, que facilitou o trabalho da SENAES de fazer visitas aos Estados e, através das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT), a divulgação e apresentação de seu programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, e assim obter seu apoio e fortalecer a divulgação da economia solidária em todo o território nacional. A SENAES é constituída dentro dos conceitos da economia solidária, com autogestão e participação de seus integrantes em suas atividades e ações.

A rede de economia solidária existente no Brasil está composta por entidades que tem o objetivo comum de estabelecer e divulgar políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico dos cidadãos que necessitam de maior qualidade de vida.



Ilustração 2: Rede de Economia Solidária  
 Fonte: SENAES (2006).

O FBES consiste na articulação entre três segmentos do movimento de ES: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos. Sua estrutura esta representada no diagrama a seguir:



Ilustração 3: Organograma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
 Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES (2004).

A principal instância de decisão é a coordenadoria nacional, que consiste nos representantes das entidades e redes nacionais de fomento (Grupos de Trabalho Brasileiro – GT Brasileiro), além de três representantes por estado, dois são empreendimentos e um é assessor ou gestor público (FBES, 2007).

A economia solidária vem como uma nova alternativa para romper com a crescente crise do desemprego, do subemprego ou da escravidão assalariada que assola o país, e torna a maioria de sua população excluída e marginalizada. Sujeitos que se encontram em situações desse tipo, vislumbram uma oportunidade de mudar, através da união com sua comunidade ou amigos do mesmo ramo de atividade, sob a forma de cooperativa ou associação. Por meio dessas iniciativas, começa um novo movimento que possibilita um

jeito de combater a exclusão social e econômica e o do desenvolvimento solidário nas comunidades pobres e marginalizadas. “Desenvolvimento comunitário significa o desenvolvimento de todos os seus membros conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição” (Singer, 2004).

Desta forma, todos participam do processo produtivo, do início à distribuição e comercialização de acordo com as escolhas e opiniões dos envolvidos. Mas, para não empoderar um único indivíduo, é necessário que os meios de produção, máquinas, veículos, equipamentos, sejam patrimônio de todos. Desenvolvimento solidário significa troca de saberes, igualdade e poder de decisão coletiva e participativa.

A economia solidária vem, na verdade, como resposta à crise do capitalismo. Singer (1999 apud EID; PIMENTEL, 2001, p. 3) conceitua economia solidária como sendo “o conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas por princípios solidários, [...] que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, ‘clubes de trocas’, ‘bancos do povo’ e diversas organizações populares urbanas e rurais”.

O crescimento da economia solidária é apenas uma parte de um processo muito mais amplo de mudança comportamental e cultural, no qual as novas dinâmicas econômicas apresentam-se como oportunidades potenciais para a construção de uma economia produtiva para fortalecer a vida e garantir o sustento de uma comunidade. Por meio da solidariedade que somente os mais pobres são capazes de vivenciar são elaboradas atividades que levam ao sustento de relações comunitárias, que vão a busca de meios de produção que tenham eficiência material, reprodução econômica, reintegração da atividade econômica e que caracterize uma nova sociabilidade.

Na economia solidária atividades econômicas são organizadas de um modo específico que se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento e pela igualdade entre os seus membros.

Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza econômica, centrada na valorização do ser humano. Seguem alguns exemplos destas entidades: associações ou cooperativas agropecuárias, industriais, de transporte, de educação escolar, de hotelaria, cooperativas de consumo, habitacionais, de crédito e mútuas de seguros gerais, de seguro de saúde, clubes de troca, etc.

“A economia solidária pode ser vista assim como um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social [...], reflete a uma perspectiva de regulação,

colocada como uma questão de escolha de um projeto político de sociedade”. (FRANÇA FILHO, 2002).

Já a autogestão é quando um organismo é administrado pelos seus participantes em regime de democracia direta. Em autogestão não há a figura do patrão e, todos os empregados participam das decisões administrativas em igualdade de condições. Em geral, os trabalhadores são os proprietários da empresa autogestionada.

Martins (2002) comenta que o termo “autogestão” é muito recente no meio administrativo. Surgiu para designar a experiência de gestão de empresa desenvolvida na Iugoslávia a partir de 1951. A partir de 1968, o termo conquistou o espaço acadêmico e sindical para designar uma nova forma de organização política, econômica e social.

A autogestão constitui um processo a partir do qual a coletividade se auto-administra, portanto “não se trata de participar de um poder, mas de ter um poder” (MOTTA, 1984, p. 204 apud MARTINS, 2002, p. 211).

As experiências com geração de trabalho e renda vêm acontecendo ao longo de aproximadamente 15 anos, de forma solidária, cooperativa e associativa. Os trabalhos se dão inicialmente por meio de ações e programas que visam o desenvolvimento da produção e do trabalho.

Sob o ponto de vista de Gaiger et al. (1999 apud EID; PIMENTEL, 2001, p. 3),

os empreendimentos econômicos solidários (EES) são definidos como sendo organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração do trabalho e renda, regidos, idealmente, por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Porém, na visão de Singer (2000) a viabilidade da autogestão se caracteriza em um problema mais difícil de ser resolvido na medida em que o empreendimento se torna maior e mais complexo.

Para o autor supracitado, a autogestão de uma empresa solidária deveria ser totalmente diferente da gestão capitalista por dois motivos:

- a) os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores; e
- b) esses conflitos podem ser travados abertamente e resolvidos por meio de negociações em que todos tomam parte.

Entende-se, portanto, que o processo de autogestão em uma empresa solidária deve ter disponibilizados todos os meios para garantir o acesso às informações relevantes. Isso

implica em ter uma administração transparente e que todos possam participar das decisões ao terem conhecimento do que a empresa vive. Assim como cada indivíduo participa com o recurso disponível, da mesma forma ele tem o direito e o dever, em um processo cooperativo, de participar com seu ponto de vista em relação às decisões que serão tomadas com os seus recursos, sejam eles materiais ou de mão-de-obra.

Para Singer (2000), esta forma de participação que as empresas solidárias apresentam pode ser um tanto prejudicial em relação ao tempo que as decisões levam para serem tomadas, porém, como estas decisões contam com diversas opiniões e experiências dos cooperados, costumam ser mais certeiras, se comparadas às empresas capitalistas convencionais.

Cabe a cada grupo de cooperados descobrirem a melhor forma de exercer a comunicação e a participação dos envolvidos para que sejam praticados os princípios de uma cooperativa popular.

## 2.2 INCUBADORAS POPULARES DE COOPERATIVAS

As iniciativas para criação de incubadoras de empresas têm crescido consideravelmente nos últimos quinze anos. De uma maneira geral, as incubadoras de empresas estão vinculadas a uma Universidade que desenvolvem um projeto de extensão e pesquisa.

Em agosto de 1993, no Rio de Janeiro, inspiradas na campanha do sociólogo Hebert de Souza, denominada “contra a miséria, pela vida”, entidades públicas se organizaram e criaram o Comitê de Entidades Públicas no Combate a Fome (COEP), com o objetivo de incentivar e articular ações das entidades associadas para promover o combate à fome e a geração de trabalho e renda. Neste mesmo ano, com o apoio da COEP, nasce a primeira incubadora tecnológica de cooperativa popular, na favela da Mangueiras, no Rio de Janeiro. A primeira cooperativa a ser incubada neste projeto foi a Cooperativa dos trabalhadores autônomos do complexo de Mangueiras (COOTRAM). Essa iniciativa foi uma resposta à violência com a qual a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) convivia no início da década de 90. Assim, com o apoio necessário, nasceu a primeira Incubadora dando início a uma nova fase de desenvolvimento social e econômico.

As incubadoras de empresas têm por objetivo dar suporte a empresas iniciantes, colaborando por meio do fornecimento de infra-estrutura, suporte jurídico e gerencial e treinamentos, proporcionando seu desenvolvimento e crescimento até que atinjam a condição de se estabelecerem sozinhas.

As incubadoras de cooperativas populares têm uma característica mais voltada para o ensino e o desenvolvimento de pessoas para a conscientização para o trabalho e objetivando a geração de emprego e renda para este público.

Geralmente, este tipo de iniciativa tem origem em pequenas comunidades e contam com o apoio de Universidades e outros atores. A partir de um trabalho direcionado, com a utilização de metodologias desenvolvidas para orientação do trabalho, as incubadoras de cooperativas populares auxiliam na formação de pessoas que sofrem com o desemprego ou que são marginalizados pela sociedade, sempre contando com apoio de órgãos financiadores, e também com o trabalho voluntário.

Programas como as Incubadoras de Cooperativas Populares se fundamentam nos princípios do cooperativismo autogestionário, no reconhecimento da cultura, do saber e dos anseios da comunidade, bem como destaca a solidariedade para com o próximo.

Conforme já exposto nas seções anteriores, a solidariedade e a autogestão fazem parte do processo de implantação de cooperativas populares. Segundo o PRONINC (2006), no Brasil, algumas iniciativas já têm caminhado com sucesso desde os anos 90, sendo que a Região Sudeste conta com 12 Incubadoras, a Região Sul com 9 e a Região Nordeste com 8 Incubadoras de Cooperativas Populares, sendo as regiões que apresentam números mais expressivos.

Distribuição Espacial das Incubadoras e Empreendimentos Incubados

<b>Regiões Incubadoras</b>	<b>Incubadoras</b>	<b>Empreendimentos</b>
Norte	2	18
Nordeste	8	82
Centro-oeste	2	16
Sudeste	12	112
Sul	9	87
Total	33	315

Ilustração 4: Quantidade de Incubadoras de Cooperativas Populares e EES  
Fonte: PRONINC (2006).

De acordo com a pesquisa realizada pelo PRONINC (2006), no total, as incubadoras atendiam a 315 empreendimentos (média de 9,5 por incubadora), com cerca de 9 mil participantes. Entre 2003 e 2005 ocorreu um aumento expressivo tanto no número

de empreendimentos incubados (82%), quanto no de participantes (110%), o que pode ser atribuído ao surgimento de novas incubadoras e à intensificação das ações das incubadoras existentes, possivelmente como resultado da retomada do PRONINC. Pouco mais da metade (55%) dos empreendimentos incubados estavam legalmente constituídos – 38% na forma de cooperativas e 14% de associações. A existência de uma parcela expressiva de empreendimentos informais pode ser atribuída a um conjunto de fatores, entre os quais as exigências legais para a formação de cooperativas e o aumento de custos devido à incidência de uma elevada carga tributária. Vale observar, contudo, que a situação de informalidade é vista em geral como provisória, dado que, na grande maioria dos casos, os integrantes dos grupos informais pretendem legalizar os seus empreendimentos (preferencialmente na forma de cooperativas).

Como reflexo da importância de se incentivar estratégias de intercooperação entre os grupos de economia solidária, instâncias governamentais e entidades de apoio, as incubadoras também vêm se destacando no desenvolvimento de metodologias específicas para a incubação de redes e outras modalidades de articulação. (PRONINC, 2006).

A idéia de que a universidade pode contribuir se destaca na possibilidade da promoção de atividades associativas, nas quais os beneficiados são os indivíduos que sofrem a exclusão social por meio do desemprego.

Além de estarem contribuindo para a geração de emprego e renda, as iniciativas das universidades com a criação de incubadoras de cooperativas populares consiste em realizar um trabalho social que esteja conectado com o ensino e a pesquisa, utilizando os recursos disponíveis na própria universidade.

Por terem caráter cooperativista, as incubadoras de cooperativas populares pregam o princípio da autogestão, no qual os cooperados aprendem a trabalhar e também gerenciar seu próprio negócio.

Cabe destacar que cada empreendimento tem suas características próprias e necessitam de tipos diferenciados de orientação e treinamento, portanto se trata de um trabalho que exige não só esforço e dedicação, mas também trabalho contínuo, tanto que algumas empresas já teoricamente independentes ainda necessitam de apoio para elaborar estratégias e definir processos decisórios.

Um programa de incubadoras de cooperativas populares abrange a criação e o desenvolvimento de empreendimentos solidários que se estabelecem a partir da cultura da população, observando suas necessidades e as levando em consideração na hora de

alicerçar esta empresa.

Esta construção é guiada pelos princípios que regem o cooperativismo e a autogestão, com base na educação e na cultura da população. Busca também, implementar estes empreendimentos com visão direcionada para democracia, relações humanas, ética, autonomia, igualdade e liberdade, com o intuito de proporcionar uma vida mais digna e de melhor qualidade.

### 2.3 ARTICULAÇÃO EM REDE E REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A articulação em rede é uma das estratégias da economia solidária, podendo manifestar-se de várias formas: rede de trocas, rede de ajuda mútua, rede de redes, rede de economia solidária, rede de colaboração solidária, rede de agências de fomento. Ou seja, buscam uma articulação política e econômica, intercâmbio e comunicação entre outros agentes participantes da construção de um novo conceito de economia e de mercado.

articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE 1999, p.24, apud OLIVEIRA, 2002, p. 88).

As redes são como um sistema de nós e elos com o objetivo de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum. Fortalecendo o grupo através de ações conjuntas com o intuito de criar uma forma nova de se viver com mais qualidade.

Os objetivos das Redes de Economia solidária são:

Constituição/ fortalecimento do grupo no sentido de se conhecerem e estabelecerem um processo de crescimento e trocas conjuntas; Possibilitar que os participantes façam formação através de um processo de educação continuada, estudando conteúdos sobre cooperativismo, autogestão, economia solidária, etc; Propiciar espaços de trocas de experiências e entre-ajuda sobre as questões que afetam diretamente os empreendimentos tais como: acesso ao crédito, concorrência no mercado, compras, vendas, gestão democrática, formação e participação dos associados, entre outras; assessorar e acompanhar os empreendimentos, aproveitando estruturas e recursos já existentes e ou disponíveis na comunidade, ou ofertados por organismos governamentais e não governamentais; Elaboração e instrumentalização de projetos para obtenção de recursos junto aos organismos fomentadores; Capacitar os empreendimentos direcionando-os para um processo de autogestão com sustentabilidade. (OLIVEIRA, 2002, p. 86 – 88).

Como exemplo, pode-se citar a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí – RESVI, que nasceu da necessidade de diminuir o isolamento e a fragilidade, e a importância da socialização das experiências e o aprofundamento do debate sobre a economia solidária, percebida pelos empreendimentos de economia solidária, que mantinham contato com os integrantes da ITCP/FURB. O projeto foi elaborado por professores da Incubadora e do Núcleo Local da UNITRABALHO.

Sua principal diretriz é aplicar metodologia de apoio à capacitação, com a finalidade de desenvolver a integração constante entre os empreendimentos, bem como, a participação no processo de formação da rede de contribuição e socialização de outras experiências de economia solidária.

Os grupos participam de reuniões mensais na FURB, essas reuniões são bem produtivas já que possibilitam troca de experiências e informações em torno da Economia Solidária, bem como a consolidação dos grupos em processo de incubagem por meio de debates em torno de conceitos como cooperativismo, autogestão, solidariedade, Economia Solidária, ITCP/FURB reforçando e dando continuidade aos cursos já recebidos pelos grupos.

Participam da Rede de Economia Solidária, empreendimentos, sindicatos, pesquisadores, representantes de prefeituras municipais da região, do poder legislativo, pessoas interessadas na discussão sobre o mundo do trabalho e representantes de diversos movimentos sociais, entre outros.

Pode-se ainda definir uma Rede de Economia Solidária como um movimento popular e social em intensa expansão, já que suas ações são construídas coletivamente e desenvolvidas por organizações populares, objetivando constituir um meio alternativo de se viver melhor.

## 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Apesar dos conceitos e da prática da economia solidária estarem emergindo e estarem sendo aplicados ao longo dos anos, pode-se constatar, por meio da análise e leitura de artigos, teses e livros, que o estado participa deste crescimento, contribuindo com a elaboração de políticas públicas, embora estas não sejam muito efetivas.

Mesmo com princípios tão nobres, a economia solidária tem se difundido por si só, com estratégias próprias ou com políticas públicas inadequadas.

Cunha (2002, p. 81) constata que “o papel do Estado em relação à economia solidária – em termos de apoio político, regulatório e financeiro – ainda demanda amplo debate e mesmo uma revisão de posições históricas”.

Ainda se tem a idéia de que, formas associativas autônomas, com caráter cooperativista, não podem surgir por iniciativa do governo, talvez pelas experiências históricas, como o caso do Estado soviético, que impôs a coletivização total na agricultura por meio de cooperativas controladas pelo partido comunista, que contrariavam os princípios básicos do cooperativismo, como a adesão livre e voluntária e a autonomia e independência dos cooperados e da cooperativa (CUNHA, 2002).

Schwengber (2007, p.1) considera que,

o estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária torna-se parte da construção de um estado Republicano e democrático, pois reconhece a existência destes novos sujeitos sociais, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é o de dar-lhe propulsão por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste setor.

Para a autora supramencionada, “o fomento à economia popular solidária é uma política de desenvolvimento, portanto, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, antes pode ser a alavanca emancipatória também para os beneficiários destas”.

Porém, Singer (1997 apud CUNHA, 2002) acredita que o formato da cooperativa não deve esperar por decisões políticas, apesar de lutas políticas serem importantes, o autor acredita que o modo cooperativista de trabalho precisa ter como base a autogestão, e esta não deve estar condicionada à vitória política. Deve sim, andar em paralelo. Uma cooperativa de autogestão criada pelo Estado jamais seria competitiva ao ponto de ter condições de competir com as empresas capitalistas.

Em contra partida, Machado (1997 apud CUNHA, 2002, p. 83), discorda de Singer e acredita que o apoio do estado às cooperativas pode significar a obtenção de recursos que as coloque em condições de competir com as empresas capitalistas. “Segundo ele dada a fragilidade das cooperativas [...], só a integração em movimento político e cultural mais amplo pode tornar viável sua construção e manutenção enquanto autenticamente socialistas”.

A economia solidária, construída de forma articulada entre suas unidades, seria um dos eixos de luta do atual movimento socialista brasileiro, ao lado das mudanças nas relações e leis trabalhistas dentro das próprias empresas capitalistas e das mudanças no estado e nas suas relações com a sociedade, de forma a fortalecer a democracia participativa e ampliar o controle social (MACHADO, 1997 apud CUNHA, 2002, p. 83).

Para Schwengber (2007), as políticas de fomento à economia solidária devem ter por objetivo fortalecer a organização social dos trabalhadores e devem ser políticas que promovam a redistribuição de renda, bens e recursos, que permitam acesso aos direitos sociais e que promovam o desenvolvimento econômico.

A criação da SENAES viabiliza a geração de políticas voltadas à economia solidária que promovam maior interação entre o Estado e a sociedade civil organizada com os trabalhadores que atuam nesse novo sistema produtivo. São políticas de fomento, divulgação e apoio, que já estão sendo desenvolvidas, por meio do programa de Economia Solidária em desenvolvimento já comentado em uma seção deste capítulo.

As políticas públicas compreendem, em sua concepção, “[...] as decisões do governo em diversas áreas que influenciam a vida de um conjunto de cidadãos. São os atos que o governo faz ou deixa de fazer e os efeitos que tais ações ou a ausência destas provocam na sociedade” (ARAÚJO, 2007).

Cabe salientar que, decisão política não é o mesmo que política pública, já que a política pública envolve várias decisões políticas e ações estratégicas.

Schwengber (2007, p. 2), lista os objetivos da política pública de fomento à economia solidária:

- a) contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- b) contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia;
- c) contribuir para a promoção à ampliação das oportunidades e à melhoria das condições de trabalho e renda;
- d) reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia popular solidária;
- e) contribuir para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade socioeconômica e ambiental;

f) contribuir para dar visibilidade e ampliar a legitimidade da economia popular solidária;

g) criar mecanismos legais que viabilizem o acesso da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;

h) promover a integração e a inter-setorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do estado;

i) fortalecer e estimular a organização e participação social e política dos trabalhadores da economia popular solidária.

Estes objetivos podem ser atingidos pela viabilização de instrumentos apropriados para a política pública e devem ter como público-alvo os indivíduos que desejam se organizar nas formas da economia popular solidária.

Dessa forma, acredita-se que sendo aplicados estes objetivos e havendo a participação e o controle social das políticas públicas os diferentes atores sociais possam negociar de forma transparente e em igualdade de condições os seus interesses pensados na relação com a coletividade.

Sabe-se que os sujeitos políticos que participam da economia solidária ainda estão emergindo e, portanto ainda em processo de identificação de necessidades e de colocação neste cenário.

De acordo com Schiochet (2007), a I Oficina Nacional, juntamente com as Oficinas Regionais, reforçam que a existência de programas e ações governamentais são fundamentais para viabilizar as experiências de formação existentes, porém necessitam de uma política mais estruturada para a formação em Economia Solidária.

A consolidação de uma política nacional de formação/educação em economia solidária foi reafirmada com prioridade política pela I Conferência Nacional de Economia Solidária.

No entendimento do autor supramencionado algumas experiências mais amplas de articulação das ações SENAES/MTE com outras políticas do Governo Federal, em especial, o Plano Nacional de Qualificação (PLANSEQ Economia solidária) e com o Programa de Educação de Jovens e Adultos (Saberes da Terra), além de um processo de sistematização dos projetos de formação apoiadas e mais diretamente acompanhadas pela SENAES.

O princípio básico do tema Por uma Política Pública Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária (PPNFES), considera que a política pública

nacional em formação de Economia Solidária deverá ser articulada ao processo permanente de fortalecimento (ou busca da emancipação):

- a) Dos empreendimentos econômicos solidários e seus sócios (fortalecimento econômico, social, político e cultural);
- b) Do movimento de economia solidária (artidulação e estruturação dos fóruns e demais mecanismo de mobilização); e
- c) Do movimento de economia solidária com sua incorporação na agenda política do país e implementação de programas de apoio massivo bem como reconhecimento que reconheça suas especificidades.

A PPNFES mobiliza ações e cria canais de articulação permanente com as demais políticas e programas de formação/educação. As políticas e os programas prioritários para a PPNFES são:

- a) Plano Nacional de Qualificação – PNQ – (Codefat/MTE);
- b) Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC (MCT/MDS/MTE);
- c) Programa de Assistência e Extensão Rural (MDA);
- d) Plano Nacional de Educação (Conselho Nacional de Educação/MEC);
- e) Educação de Jovens e Adultos – Programa Saberes da Terra – (MEC/MDA/MTE);
- f) Programa Escola de Fábrica – (SETEC/MEC);
- g) Alfabetização – Programa Brasil Alfabetizado – (MEC);
- h) Programas de Inclusão Tecnológica (MCT);
- i) Programa de Desenvolvimento Local Integrado – (Mintegração);
- j) Programa Agenda 21 – (MMA);
- k) Programa de desenvolvimento regional Sustentável (Banco do Brasil);
- l) Primeiro Emprego – Consórcios da Juventude (MTE);
- m) Pró-Jovem (Presidência da República).

O público-alvo da política pública de Economia Solidária são aqueles cidadãos e cidadãs que estejam organizados ou queiram se organizar na forma de economia popular solidária – o conjunto de atividades econômicas, de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de cooperação, autogestão e solidariedade e que tenham o primado do trabalho sobre o capital (PORTAL DO COOPERATIVISMO, 2007).

Pôde-se perceber, a partir da explanação realizada que a criação de políticas

públicas à economia solidária é de extrema importância para o fortalecimento de todo o movimento que se estabeleceu no Brasil.

Nos capítulos seguintes será abordada a caracterização do local do estudo, histórico da ITCP/FURB, incubadora referência deste estudo, bem como a metodologia, objetivos e propostas e organização interna da incubadora. Detalha a metodologia para seleção das equipes e para incubagem e pré-incubagem.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DO ESTUDO

Neste capítulo serão abordados aspectos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB), que é o foco deste estudo (ver *folder* ITCP no ANEXO B). Apresentar-se-á o histórico da Incubadora, metodologias, objetivos, propostas, organização interna, procedimento seletivo das equipes, metodologia de incubagem, pré-incubagem, bem como o processo de incubagem.

#### 3.1 INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (ITCP/ FURB)

Os empreendimentos desenvolvidos dentro do conceito de economia solidária ganham mais força, à medida que se analisam os resultados alcançados que os mesmos atingem, além da esfera econômica, por meio da geração de empregos e renda, bem como a esfera social promovendo a participação, a solidariedade, a democracia, a igualdade, ou seja, devolve aos seus integrantes valores esquecidos.

Existem vários empreendimentos solidários sendo desenvolvidos em Santa Catarina. Uma pesquisa realizada pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), SENAES (2006) identificou a existência de 431 empreendimentos, que equivalem a 2,9% dos EES no Brasil.

A Economia Solidária vem se mostrando um caminho efetivo e importante na luta contra a exclusão econômica e social, já que pode ser utilizada como uma forte estratégia para promover o desenvolvimento regional. Para tanto, se faz necessária a participação do Estado, da sociedade civil organizada e a priorização dos trabalhadores para obter a inclusão, o empoderamento social, político, econômico e cultural.

Um exemplo de que isso é possível está comprovado na atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB).

A ITCP/FURB está localizada na cidade de Blumenau, no estado de Santa Catarina, à Rua São Paulo, nº. 1525, Edifício Cristiane, e conta com uma equipe formada por

profissionais de diversas áreas, tais como: economia, serviço social, psicologia, direito, entre outras áreas. Para complementar a equipe, participam funcionários e estagiários da universidade das mais diversas áreas.

A atuação da universidade se deu por meio do Núcleo Local da rede Interuniversitária de Estudos do Trabalho (UNITRABALHO). A UNITRABALHO agrega, atualmente, 86 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Constitui-se juridicamente, na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Criada em 1995, tem como objetivo contribuir para o resgate da vida social que as universidades têm para com os trabalhadores.

Essa rede se articula através de seus vários núcleos instalados nas universidades, que se alojam em sete regionais. A FURB congrega o núcleo da Região Sul, desde novembro de 1997, a partir do compromisso com a busca de alternativas diante do desmonte das indústrias, especialmente as têxteis em Blumenau e Região (OLIVEIRA, 2002, p. 51).

Especificamente por meio do núcleo da UNITRABALHO é que se estrutura a ITCP/FURB, a qual tem seus fundamentos nos princípios do cooperativismo autogestionário da economia solidária, e que tem por objetivo contribuir com o processo contínuo de educação para a geração de trabalho e renda.

### **3.1.1 Histórico da ITCP/FURB**

Após a realização de vários debates sobre o crescente número de desempregados na área têxtil durante a década de 90, com a participação do núcleo local da UNITRABALHO, foi criada a Secretaria de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico (SETREDE), em 1997, com a parceria do governo da frente Popular em Blumenau, empossado no mesmo ano. Foi por intermédio da SETREDE que se instituiu o programa de Apoio as Formas cooperativas e empreendimentos autogestionários. Após dois anos, devido aos conflitos políticos, os integrantes dessa secretaria saíram do governo e ela parou de exercer seu motivo de existência que era o apoio aos empreendimentos solidários, o que levou a novos debates e pesquisas até surgir a idéia de criar uma incubadora.

A ITCP surgiu da necessidade de uma resposta às demandas e exigências da realidade local e regional. Outro ponto foi a necessidade da criação de uma equipe interdisciplinar para atender as demandas que se mostravam mais numerosas e complexas, exigindo horas excessivas de trabalho. Então, a cada reunião com membros da equipe da UNITRABALHO a idéia ficava mais forte.

Em 1998 foi elaborado um projeto de qualificação em cooperativismo e autogestão pelos professores do Núcleo Local da UNITRABALHO e professores mais ligados à economia solidária, projeto este, destinado aos gestores que atuavam nas cooperativas, empreendimentos sociais, trabalhadores da região de Blumenau, trabalhadores autônomos e trabalhadores em risco de desemprego ou desempregados. O projeto foi destinado ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com carga horária de 360 h, distribuídas em quatro módulos. O projeto inicial foi vetado e reformulado, para cursos menores, com o fim de atingir um número maior de participantes. Foram realizados 11 cursos ao longo do ano de 1999, possibilitando dessa forma demonstrar o que é economia solidária e o que vem a ser uma incubadora com 253 pessoas participantes, sendo algumas dessas pessoas vindas de empreendimentos da economia solidária já existentes e outros não. Desenvolveu-se a idéia de criar uma incubadora como instrumento de inserção da universidade junto aos trabalhadores e de resposta institucional as demandas. As pesquisas que eram desenvolvidas pelos pesquisadores do Núcleo subsidiavam nesse processo as reflexões e encaminhamentos das ações.

Desde o primeiro semestre de 1999, foi sendo amadurecida a idéia de criação de uma ITCP, o núcleo participou em Curitiba, maio de 1999, do evento “Universidades como Incubadoras”, quando foi instituída a Rede Nacional de Incubadoras e sua vinculação com a rede UNITRABALHO. Durante o evento foi informado que Blumenau, Florianópolis e Pelotas seriam as próximas universidades a fundarem incubadoras. A FURB recebeu o apoio da Universidade federal do Paraná (UFPR) no período de sensibilização da universidade e da comunidade para a criação da ITCP.

Em 19 de novembro de 1999 foi fundada a ITCP da FURB, sendo seu projeto encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) via Pró Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias (PROERC) no dia 18 de abril de 2000. O relator designado para o projeto foi o Professor Flores, do departamento de contabilidade, cuja argumentação contribuiu para que o projeto fosse aprovado por unanimidade dos presentes

em 27 de junho de 2000. Dessa forma, a ITCP passou a ser um projeto da universidade, com respaldo institucional.

### **3.1.2 Metodologia, Objetivos e Propostas da ITCP**

A princípio, a criação da ITCP foi pensada em dois momentos: primeiro para preparar, lançar a idéia e sentir a reação da universidade e da comunidade a respeito do plano por eles desenvolvidos. Em segundo, para a criação efetiva da ITCP. Iniciaram a articular o ato, e em junho de 1999 realizaram um evento chamado “Sensibilização da Universidade e da Comunidade para a Criação da ITCP”, ato que foi presidido pelo reitor e com a participação de mais de 150 pessoas.

A ITCP foi formada com base em outras incubadoras já existentes, como um projeto de extensão que atua na prestação de serviços para o desenvolvimento, formação ou reciclagem de grupos associativos: cooperativas empresas de autogestão. Assim sendo, “fundamenta-se nos princípios do cooperativismo autogestionário, no reconhecimento da cultura, do saber e dos anseios da comunidade” (ITCP, 2007).

Dessa forma, a ITCP congrega a tríade pesquisa-ensino-extensão, por caracterizar-se como projeto de extensão, mas se constituindo para uma forma contínua de pesquisas na área temática, acolhendo alunos, bolsistas ou estagiários das mais diversas áreas do conhecimento.

De acordo com o projeto Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento - ICCO (2002, p. 18), os objetivos da ITCP/FURB são:

- a) Estimular a formação de empreendimentos de Economia Solidária;
- b) Promover a capacitação de cooperados/empreendedores;
- c) Prestar assessoria e acompanhamentos nas áreas: social, educacional, jurídica, administrativa, de mercado, contabilidade, econômica, tecnológica, entre outras;
- d) Articular pesquisa, ensino e extensão, voltada para a economia solidária, construindo novas formas de relação entre a Universidade e as Organizações Sociais;
- e) Articular os empreendimentos da economia solidária da região;
- f) Desenvolver ações junto ao poder público e a iniciativa privada, no sentido de criação de políticas públicas de efetivação de direito ao trabalho e apoio a Economia

Solidária;

O público que a ITCP/FURB contempla são os trabalhadores desempregados ou em risco de desemprego, cooperativas, associações, grupos informais, profissionais autônomos e sindicatos. Governo e órgãos públicos também procuram assessoria na ITCP para criação e implementação de políticas de trabalho e renda.

A ITCP previu uma atuação interdisciplinar e assessoria nas áreas social, administrativa, jurídica, de mercado, economia, contabilidade, tecnologia, psicologia, serviço social e na rede de economia solidária. Na assessoria social atua desde o planejamento, processo de organização interna, documentação, instrumento de tomada de decisão coletiva, processo de articulação entre os grupos e empreendimento. Também atua em demandas pontuais de captação de recursos, projetos e na mobilização interna e externa à instituição. Na área educacional promove capacitação técnica e autogestionária, tanto para jovens como adultos.

Uma das dificuldades destacada pela equipe da ITCP é a formação de uma equipe interdisciplinar para o trabalho, já que muitos demonstram interesse, porém não possuem tempo disponível ou o perfil adequado para atuar na ITCP.

Dessa forma, o projeto da ITCP/FURB foi elaborado com base em algumas preocupações na condução do trabalho, dada as especificidades deste tipo de extensão:

A temática da economia solidária é bastante emergente, ela está ressurgindo, por causa disto determinadas pessoas que nunca estudaram cooperativismo, economia solidária, geração de trabalho e renda ou associativismo com setores populares, devem estar dispostas a incorporar estes conteúdos e a metodologia própria [...] Além desta necessidade de constante capacitação de toda a equipe, é necessário também disponibilidade de tempo e a boa vontade, aí os problemas que enfrentamos com os professores disponíveis para assumirem conosco o trabalho na incubadora. Em nenhum momento nós pensamos na incubadora como um trabalho voluntário, mas como um trabalho remunerado da Universidade, que é remunerado com o mesmo valor da pesquisa e do ensino [...] Por isso a importância da capacidade técnica, clareza política do que se quer, e compromisso ético. É necessária resposta de forma qualificada e continuada às expectativas dos grupos demandatários. É preciso compreender que assessorar um empreendimento associativo econômico é algo de mais longo tempo, não é possível iniciar e interromper o processo de consolidação do mesmo. A ITCP é um programa de extensão que tem suas especificidades, face ao seu objetivo de intervenção (DMP apud OLIVEIRA, 2002, p. 56, grifo do autor).

Para os idealizadores da ITCP/FURB, a motivação que levou a sua criação foi responder “as grandes questões do mundo do trabalho postas pelo neoliberalismo excludente, que representa seu rebatimento bem concreto no dia-a-dia da vida dos trabalhadores, da região; para que a universidade possa dar a sua resposta efetiva,

institucional, com o compromisso ético, qualificado e organizado”. (Dalila apud OLIVEIRA, 2002, p. 24).

A ITCP/FURB, também desempenha importante papel na área de ensino, pois garante um ótimo espaço e rica fonte para trabalhos de pesquisa na conclusão dos cursos (TCC), estágios nas mais variadas áreas, Economia, Secretariado Executivo bilíngüe (SEB), Psicologia, Serviço Social, e outros.

Seus principais parceiros são trabalhadores e os empreendedores/empreendimentos de economia solidária, que criam uma rede de interajuda e solidificação da economia solidária.

Para referenciar, e contribuir com os cursos, realizam visitas técnicas a outros empreendimentos de economia solidária assessorados pela ITCP. Bruscor, situada no Município de Brusque, atua com confecção de cordões, cadarços e elásticos com cordão embutidos; e Fio Nobre, situada em Itajaí, atua também com confecção de fios, cadarços e cordões.

Buscando fortalecer suas parcerias e vinculações a ITCP/FURB torna o sonho possível, apesar das dificuldades encontradas ao longo do caminho, principalmente no que se refere à estrutura organizacional. Mesmo com parcerias fornecedoras de recursos, tais como, convênio com a Prefeitura de Blumenau, Projeto Unisol, Projeto ICCO, Fundo de Mini Projeto, dentre outros, não há garantia de melhoria em sua dinâmica interna nas atividades. Ainda assim, os avanços ocorreram, principalmente em relação aos trabalhadores e o resgate de uma vida mais digna a eles, e à realização efetiva da extensão universitária.

Em seguida é apresentada a dinâmica e estrutura da equipe ITCP/FURB.

### **3.1.3 Organização interna da ITCP/FURB**

O início das atividades da incubadora se deu com uma equipe pequena. Apesar da complexidade do projeto, a equipe era composta por duas professoras, cada uma com 10 horas e uma bolsista de extensão de 20 horas. O espaço físico também era reduzido apenas a uma sala. Mesmo com quadro de pessoal reduzido, foi mantida a fidelidade aos objetivos do projeto com atuação interdisciplinar.

A composição das equipes foi acontecendo gradualmente, graças ao gerenciamento efetivo da coordenadoria geral,

das atividades, da articulação institucional, que compreende a negociação da vinda de profissionais e alunos para a ITCP, a conquista de espaço físico, divulgação do projeto, bem como articulação institucional com outras ITCP's, núcleos de UNITRABALHO, prefeituras, sindicatos, etc. Além de todas essas atividades[...] (OLIVEIRA, 2002, p. 59).

No decorrer do processo, outros professores, estagiários, pesquisadores, bolsistas foram se integrando. Nenhum deles desempenhando uma função específica, e sim, atuando de forma flexível em várias atividades, ou seja, participam ao mesmo tempo de vários projetos e equipes.

As equipes existentes hoje são:

a) Equipe de mobilização: Realiza a sensibilização e motivação estudando o contexto social, econômico e cultural do público pretendido. Avaliam as demandas e o desencadeamento de processos participativos. A equipe de mobilização é formada por todos os integrantes da incubadora, sendo coordenada pela própria coordenadora geral do projeto. Não se fez necessário que um único profissional se dedicasse exclusivamente a essa atividade mesmo com a exigência de grande demanda.

b) Equipe de Capacitação: Essa equipe é responsável pelo desenvolvimento de todas as atividades relacionadas ao processo de educação continuada que compreende a qualificação técnica, profissional, a educação formal e certificada, a formação política e a autogestão do grupo, bem como de seus componentes individualmente. Essa equipe é coordenada por uma professora do Serviço Social, que desenvolve assessoria educacional e social. Com a participação de todos os membros da incubadora. O processo de capacitação, qualificação e formação, compreendem elementos que constituem o processo educacional, a perspectiva de educação existente na ITCP/FURB está associada a uma concepção de produção do conhecimento de aprendizado contínuo e processual. Os fundamentos da educação popular, as experiências do programa Integrar da Central Única dos Trabalhadores e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, contribuiram para essa escolha. Dessa forma, a educação para ITCP/FURB é um tema transversal e intermitente, fazendo parte de todo o processo de incubagem e relações.

c) Equipe de Organização e Gestão: Essa equipe é responsável pela assessoria nas áreas de planejamento, jurídico, contábil e administrativo. E orientação para assegurar a

gestão cooperativa e autogestionária. Não possui coordenação própria e também suas atividades são desenvolvidas por todos da incubadora.

d) Equipe de Viabilização Econômica: É responsável pela identificação das fontes de financiamento, elaboração de projetos de viabilidade econômica e social, assessoria no desenvolvimento tecnológico da produção. O coordenador dessa equipe é um professor da economia que conta com o apoio de outros integrantes da incubadora na elaboração dos projetos.

e) Equipe Escritório ou Secretaria: Prestam suporte operacional as outras equipes. Recebe e registra todas as informações, demandas e recados para todos os integrantes do grupo. Uma funcionária e duas bolsistas compõem a equipe.

f) Equipe de Comunicação: Equipe responsável pelo marketing e propaganda da economia solidária, por meio da elaboração e divulgação em geral.

g) Equipe da Rede de economia Solidária: é de sua responsabilidade formar estratégias de articulação dentro dos princípios nos quais a economia solidária se constitui em rede. Para tanto, realiza e divulga as reuniões mensais, mobiliza a participação dos empreendimentos, grupos de mandatários, parceiros apoiadores nos encontros da região, feiras de Economia solidária, reuniões do grupo de trabalho de economia solidária do Estado de Santa Catarina, bem como cria outros espaços de discussão política (manifestações, passeatas, congressos).

h) Equipe por empreendimento: é formada por profissionais e alunos estagiários e bolsistas, atuantes em cada empreendimento, objetivando a análise do processo de assessoria em uma perspectiva ampliada, constituindo uma intervenção interdisciplinar.

É responsabilidade da coordenação geral o gerenciamento das atividades, a articulação institucional que compreende a negociação da entrada de alunos e profissionais na incubadora, a conquista de espaço físico, a divulgação dos projetos bem como a articulação interinstitucional com outras ITCP's, núcleos de UNITRABALHO, prefeituras e sindicatos. A coordenação geral, assim como as outras equipes, também atua nos objetivos fins da ITCP e nas incubagens e assessorias.

Observando a disposição do organograma ITCP/FURB pode-se perceber que a forma de trabalho é integrada de maneira que todos participem de cada estágio do processo de incubação.

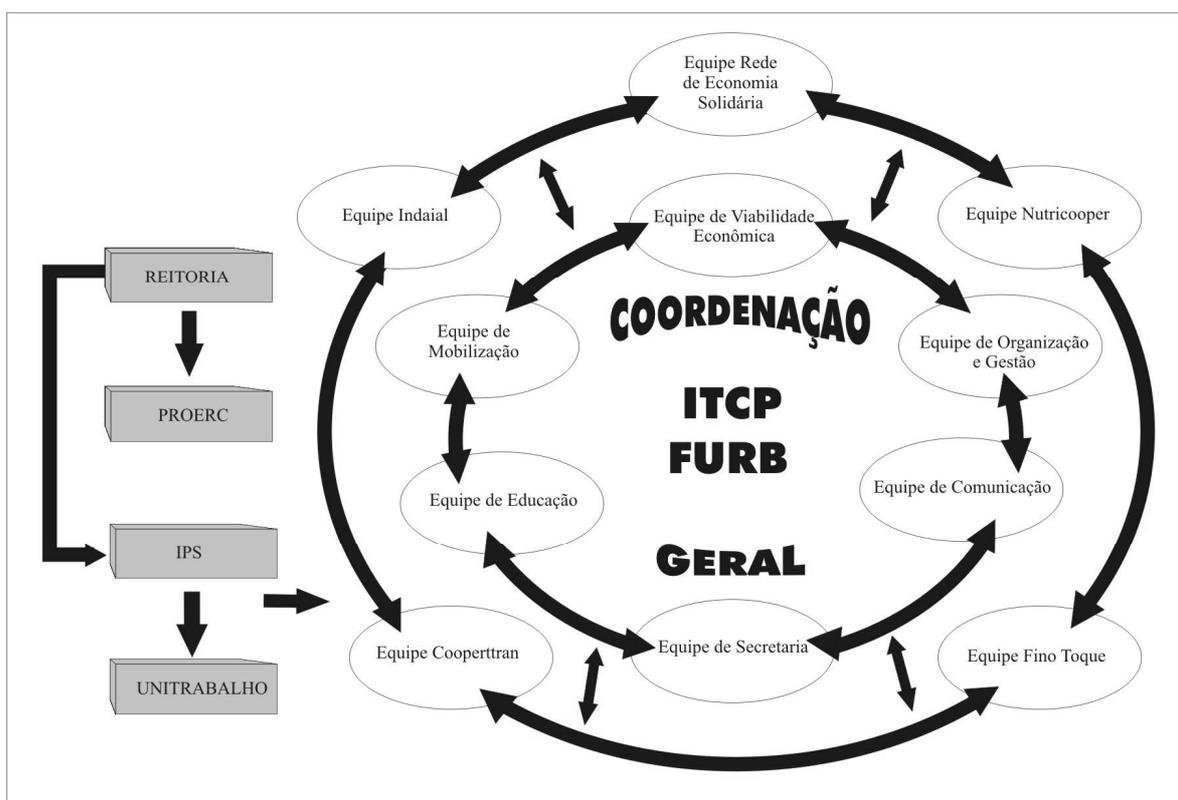


Ilustração 5: Organograma da ITCP/FURB.

Fonte: Oliveira (2002, p. 63).

São realizadas reuniões freqüentes entre as equipes e a coordenação geral, com o propósito de repensar estratégias de ação mais gerais da ITCP/FURB.

a contribuição é eixo que permeia toda a rede de relações sociais. Torna-se impossível pensar um grupo autogestionário, sem focar a comunicação intra e intergrupar[...] A comunicação emerge como possibilidade positiva. Ela é um meio facilitador da participação e de construção da democracia; agiliza e clarifica os processos e as tomadas de decisões, diminuindo o cansaço, melhorando a produtividade (PEDRINI, 2000<sup>a</sup> p.41 apud OLIVEIRA, 2002, p. 64).

As reuniões ocorrem de acordo com a necessidade da demanda, podendo ser semanal, quinzenal ou mensal. Sua pauta gira em torno do planejamento da ITCP, da análise das demandas, das discussões a respeito das incubagens em processo, das dificuldades encontradas, das possibilidades na busca de apoio e recursos, das interlocuções com os atores sociais, de agendas conjunturais, preparação de eventos, entre outros aspectos. As reuniões são organizadas e agendadas de acordo com a disponibilidade de todos, nas quais todos participam, sendo a decisão coletiva, e cada voto, analisado a

partir do conhecimento e experiência acumulada de que o exerce. Com isso, se disponibiliza o acesso de todos ao saber, sendo este por meio da teoria, da experiência e da pesquisa.

Essas reuniões são extremamente importantes, pois além de buscar novas estratégias de ação, também ocorre a tomada de decisão quanto à organização e gestão da incubadora. É por meio dessas reuniões que acontece a participação coletiva, transparência e fortalecimento do processo decisório, elementos-chave da economia solidária.

Em uma dessas reuniões foram levantadas algumas características do público ao qual a ação da ITCP/FURB é direcionada.

- a) Profissionais autônomos;
- b) Pessoas que discutem e vivenciam as problemáticas advindas do sistema capitalista/neoliberal;
- c) Pessoas com pouca qualificação e que apresentem dificuldade de posicionamento;
- d) Excluídos do trabalho formal;
- e) Migrantes;
- f) Baixa escolaridade ou analfabetos;
- g) Apresentam relação capital/trabalho fixada na lógica do trabalho formal;
- h) Potencialmente participantes (se incentivados e informados).

As reuniões são utilizadas também nos empreendimentos para organizar, sistematizar, avaliar e planejar as atividades.

As reuniões das equipes são realizadas de duas formas:

- a) Com todos os integrantes da equipe, sejam eles professores, estagiários, funcionários ou bolsistas, sendo esta reunião para assuntos gerais, informes ou assuntos que envolvem apenas a ITCP;
- b) Por empreendimento com os profissionais, professores e estagiários responsáveis, para assuntos específicos do empreendimento em questão.

A partir da participação das reuniões, bem como do relato dos entrevistados na própria ITCP, foi possível constatar que toda organização interna da incubadora é realizada num processo coletivo, no qual se busca a autogestão. As reuniões de equipe funcionam como espaço que possibilita o processo de decisão, onde são realizadas as divisões de tarefas, a discussão dos desafios do trabalho, da entrada de novos componentes, a aceitação de novos grupos, o planejamento das atividades, enfim as reuniões gerais permitem a

construção contínua com a participação de todos. Dessa forma, é possível ter transparência das ações, facilitando a comunicação, incentivando a participação coletiva, o controle, o monitoramento, as avaliações, o processo de tomada de decisão e a construção da autogestão.

### **3.1.4 Procedimento seletivo das equipes**

O procedimento para entrada de novos integrantes acontece de duas formas:

a) Para entrada de alunos é decidido em reunião a quantidade, o perfil e o curso de origem.

b) Para entrada de professores e funcionários o processo é um pouco mais complexo e burocrático, visto ser necessária uma negociação entre a coordenação da ITCP, Reitoria, IPS, PROERC, chefia de departamento, envio de ofício e articulação com os professores interessados, envolvendo definição de horas, liberação e previsão orçamentária.

Para alcançar maior êxito no resultado do processo seletivo, foram elencadas algumas características para compor o perfil dos integrantes da ITCP:

- Responsabilidade com os interesses e a causa dos trabalhadores;
- Qualidade dos serviços prestados à população;
- Linguagem clara, simples e objetiva;
- Força de vontade, motivação, comprometimento com construção da Economia Solidária;
- Criatividade, agilidade nas respostas às demandas (contrária à burocracia);
- Participação ativa na equipe;
- Iniciativa diante dos desafios encontrados;
- Comprometimento ético na construção da cidadania ativa;
- Atitude crítica diante da nossa cultura acadêmica em face de a diversidade e pluralidade dos que demandam nossa ação;
- Habilidades instrumentais e técnicas dentro de sua área de formação;
- Competência. (OLIVEIRA, 2002, p. 67).

Uma grande dificuldade apontada foi a mobilidade dos integrantes, segundo depoimento em entrevista com Etelvina que participa da equipe da ITCP,

quando estamos com a equipe integrada e efetiva nas realizações de suas atividades o que leva um certo tempo para alcançar, vence o prazo de permanência de um(a) aluno (a) bolsista, ou termina o período de estágio [...]. No caso de professores, licença para mestrado ou doutorado, temos que substituir. Esse movimento freia o ritmo da equipe, interferindo na possibilidade de uma autogestão mais refinada, que para tanto se faz necessário a estabilidade das pessoas no tempo, no sentido da permanência de um grupo que possibilite a concretização da autogestão, essas idas e vindas prejudicam (DADOS PRIMÁRIOS, 2007).

A volatilidade da equipe por parte dos alunos colaboradores ou dos professores e profissionais interrompe o processo e desaceleram seu ritmo prejudicando e adiando os resultados finais, diante do que foi exposto esse é um entrave no projeto, porém não serve como desculpa para desistir.

Diante de todos os elementos da organização da ITCP/FURB apresentados, fica visível a complexidade e empenho necessário de sua equipe para garantir o alcance de seus objetivos, mantendo os princípios por meio da transparência, autogestão e inovação, em suas ações.

Sendo assim, após conhecer a organização da ITCP, é de suma importância a apresentação dos quatro grandes projetos que também norteiam sua atuação na região, sendo eles:

- a) Incubagem de empreendimentos;
- b) Cursos de capacitação;
- c) Assessoria dos governos municipais;
- d) Rede de economia solidária.

Esses projetos acontecem de forma intercalada, de acordo com a realidade demandada.

A seguir será apresentada a sistematização da metodologia de incubagem, visto não se tratar de etapas estanques.

### **3.1.5 Metodologia de Incubagem e Pré-incubagem**

Incubagem é proveniente da palavra incubadora que tem por finalidade

acompanhar, proteger, subsidiar, sustentar, assessorar.

O objetivo das incubadoras sejam elas de empresas ou cooperativas populares, é de criar mecanismos que estimulem a criação e o desenvolvimento de empreendimentos que gerem trabalho e renda, sejam eles industriais ou de serviços, propiciando uma formação complementar aos empreendedores em seus aspectos técnicos e gerencias. O que as difere é: - público que agenciam, - a metodologia que adotam, - o nível de conhecimento tecnológico que socializam e - os caminhos de construção de economia política que visam. (OLIVEIRA, 2002, p. 70).

Sendo uma incubadora de cooperativas populares, cabe ressaltar que a área de atuação é mais limitada. No caso da ITCP/FURB o objetivo é atingir uma parcela excluída da sociedade, trabalhadores em risco de desemprego, ou desempregados, que não acessaram qualificação, portanto não usufrui uma vida digna e de qualidade.

O contato entre os mandatários e a incubadora acontece de forma direta, o grupo interessado procura a assessoria, seja pela viabilidade do trabalho ou pelo envolvimento da coordenação geral com movimentos sociais da região, ainda pode ocorrer pela indicação de profissionais, pela divulgação do projeto nos meios de comunicação.

Após a apresentação da demanda, a equipe da ITCP avalia as condições de atender a solicitação. Cabe esclarecer que nem todo o grupo mandatário é incubado, muitos não se encaixam no perfil da economia solidária e recebem orientações. Para tanto, se faz necessário conhecer as características do perfil levantadas pela equipe da ITCP/FURB, para o qual suas ações estão destinadas.

A aceitação ou não de novas demandas dependerá da capacidade da ITCP em atender. Será avaliado em reunião e, independente da resposta, o mandatário é convidado a participar de reuniões da Rede de Economia Solidária. Esse processo é chamado de pré-incubagem, no qual a equipe realiza a abordagem grupal e comunitária objetivando uma aproximação á demanda apresentada com intuito de desvelar seus interesses, detectar as causas que os levaram a pensar em uma alternativa associativa, bem como apresentar a proposta da incubadora.

Uma abordagem que tem como premissa criar a cooperação. [...] Trazemos para a economia solidária uma metodologia de abordagem, pela qual se busca que o sujeito social [...] crie uma cooperação conosco; uma abordagem democrática. Pretende-se que ele não se torne um sujeito passivo, mas que ele se torne um sujeito ativo que ele Cooper conosco. Nesta situação temos um princípio básico fundamentas de respeito à cultura e saber dos setores mandatários de nossa ação. [...] A ITCP motiva essas pessoas que nos procuram a que elas entrem em um processo de parceria com a incubadora, na construção da economia solidária (DMP apud OLIVEIRA, 2002, p. 72).

Percebe-se que o comentário supramencionado tem como idéia central a cooperação, ou seja, a superação do interesse individual pelo coletivo. Diante desse cenário, a equipe da ITCP, utiliza a constituição de vínculo com o grupo, o conhecimento de suas expectativas, suas potencialidades. Elementos que constituem a realidade dos trabalhadores

Dessa forma, após o esclarecimento do processo ao grupo, caso este ainda opte por constituir um empreendimento, inicia-se a incubagem.

### **3.1.6 Processo de Incubagem**

O processo de incubagem inicia-se com um curso de qualificação do grupo, por meio de um curso de cooperativismo e de autogestão. Reconhecida como um processo gradativo, a incubagem é regida de outros momentos tais como, diagnóstico, planejamento, assessoria, monitoramento, pesquisa, avaliação e outros que serão descritos adiante.

A qualificação no início da incubagem torna-se fundamental, diante da falta de conhecimento sobre os conteúdos da economia solidária, além do fato de desempenhar importante papel na participação efetiva e no processo de autogestão.

A elaboração inicial do projeto foi desenvolvida por professores do núcleo local da UNITRABALHO e profissionais ligados à economia solidária.

Inicialmente pretendia-se alcançar 30 gestores de cooperativas e empresas autogestionárias. O curso seria de 360h, onde os participantes receberiam ajuda de custo para alimentação e material didático e ao final do curso o certificado. Os recursos necessários ao curso seriam concedidos pelo FAT.

Porém, o projeto “Qualificação de trabalhadores para empreendimentos de economia solidária”, apresentado ao FAT, no segundo semestre de 1998, só foi aprovado após sofrer algumas alterações e se adaptar aos moldes exigidos, sendo oferecido apenas R\$1,87 (um real e oitenta e sete centavos) por aluno e deveria atingir mais de 200 pessoas.

O projeto foi reestruturado, o curso foi dividido em quatro módulos, são eles:

#### **Módulo I – Sociedade e Trabalho:**

Disciplinas:

- A história dos trabalhadores;

- A organização da sociedade contemporânea;
- O contexto atual da economia: globalização e reestruturação produtiva;
- A autogestão e a co-gestão;
- As relações interpessoais (entre indivíduo e coletivo).

### **Módulo II – Autogestão, Co-gestão e Cooperativismo:**

Disciplinas:

- Participação e o processo de tomada de decisão coletiva dos trabalhadores;
- Planejamento;
- Operacionalização jurídica de forma autogestionária enquanto constituição interna e externa;
- Viabilidade econômica do empreendimento.

**Módulo III – Administração financeira e contabilidade – compreendia as seguintes disciplinas:**

- Análise financeira;
- Contabilidade básica;
- Contabilidade gerencial;
- Custo e formação de preços;
- Administração financeira e negociação com bancos;
- Oficinas.

### **Módulo IV – Mercado – composto pelas disciplinas:**

- Economia empresarial,
- Administração de produção,
- Marketing básico,
- Jogos de empresa,
- Introdução à informática;
- Oficina.

Sendo assim, no ano de 1999 foram realizados, ao todo, 12 cursos, a maioria com grupos não organizados em empreendimentos, ou seja, grupos que eram organizados na própria comunidade por intermédio das associações de moradores, grupos de igreja, dentre outros, em diversos bairros de Blumenau e Gaspar, atingindo prioritariamente trabalhadores desempregados, subempregados ou sob risco de desemprego.

Em 1999, a FURB foi executora dos cursos passando a ser em 2000, supervisora dos cursos pelo Ministério do Trabalho, tendo como parceiros o projeto Integra/ Joinville e

a FERJ, sendo todos os recursos fornecidos pelo FAT.

Os módulos apresentados servem de referência para a construção de planilhas dos cursos de incubagem aproveitando o conteúdo dos módulos de acordo com as especificidades do grupo demandante. Foi criado um diferencial no processo de qualificação para flexibilizar o conteúdo de acordo com a necessidade específica de cada grupo e/ou empreendimento. Identificou-se essa necessidade quando um grupo procurou a ITCP em 1999, a fim de constituir um empreendimento, pois alguns dos interessados não tinham participado do processo de qualificação e necessitariam de outro curso. Este grupo constituiu uma cooperativa de alimentos chamada NUTRICOOPER.

No início dos cursos, um professor da equipe da ITCP apresenta a origem dos recursos para a realização da qualificação, a proposta da planilha e o compromisso em uma perspectiva coletiva, quanto à responsabilidade da organização da sala, preparação do café e chamada.

Na metodologia desses cursos foi utilizada pesquisa desenvolvida pelos próprios alunos quanto à realidade social como instrumento articulador entre o conteúdo abordado e a realidade. Também utilizaram práticas realizadas em oficinas, por meio de visitas técnicas a um empreendimento, onde foi possível vivenciar a economia solidária, seja participando dos depoimentos dos associados ou obtendo o conhecimento do processo de trabalho.

Dando continuidade ao processo de incubagem, após o curso, caso continue o interesse do grupo em constituir um empreendimento econômico solidário é realizado um diagnóstico. Na visão de Oliveira (2002, p. 76), “o diagnóstico é um instrumento utilizado em todo o processo de assessoria, pois subsidia uma avaliação contínua do trabalho”.

O diagnóstico é peça chave do processo, por meio dele é possível identificar as potencialidades e limites do grupo, seja na esfera social ou de mercado. É um instrumento de assessoria que permite, como citado acima, avaliação contínua do trabalho.

Junto ao diagnóstico dá-se a assessoria por área, com perspectiva interdisciplinar garantida pelas discussões da equipe que trabalha no empreendimento. No momento são oferecidas assessorias pela ITCP em cinco áreas, que acontecem de acordo com a necessidade de cada empreendimento. As assessorias disponibilizadas são: jurídica, econômica, social, educacional e comunicação (OLIVEIRA, 2002, p. 76).

O trabalho articulado entre todas as áreas é extremamente importante e necessário para que os empreendimentos atuem no mercado de forma legal, formal e competitiva.

O que acontece com o grupo que nos procura é que às vezes eles já existem na informalidade e procuram meios, estruturas, para se legalizar para conseguir em regime de igualdade atuar na sociedade, prestarem serviços, trabalhar com a questão de alimentação e colocar seu produto no mercado. Para isso a gente precisa ter conhecimento da realidade desse grupo, da realidade econômica que está aí, isso faz parte do contexto do processo de constituição desses grupos juntamente com a questão técnica jurídica de legalização através das leis específicas e tudo mais (OLIVEIRA, 2002, p. 76).

A partir das assessorias é construído o planejamento das ações a serem trabalhadas no grupo. Sendo o planejamento um instrumento técnico operativo que possibilita uma análise continuada e sistemática a partir dos objetivos, resultando no acompanhamento da dinâmica das atividades, na viabilidade e efetividade das metas propostas.

A seguir será apresentada a tabela com as metas e indicadores do projeto da ITCP.

## Metas e Indicadores do Projeto ITCP/FURB

<b>Meta (Objetivos Específicos)</b>	<b>Etapa (O que?)</b>	<b>Especificação (Como?)</b>	<b>Indicadores de Resultados</b>	<b>Meios de verificação</b>
Promover a capacitação através de cursos de qualificação profissional continuada e de cooperativismo e autogestão.	Formação continuada	Cursos, Palestras, Feiras, Congressos.	Número de cursos, palestras, feiras, congressos realizados; Número de pessoas que participaram dos eventos; Número de profissionais (Professores) envolvidos; Número de dinâmicas de grupo realizadas.	Lista de presença; Observação.
Prestar assessoria e acompanhamento nas áreas: social, educacional, jurídica, administrativa, de mercado, contabilidade, econômica, tecnológica, entre outras;	Assessorar as atividades dos grupos.	Visita in loco aos empreendimentos	Número de assessorias realizadas; Número de professores, bolsistas e estagiários envolvidos.	Relatórios.
Contribuir para a constituição e formalização dos Grupos a serem incubados;	Assessoria pra constituição e formalização dos grupos.	Reunião com os grupos;	Número de reuniões realizadas; Número de pessoas que participaram das reuniões; Número de professores, bolsistas e estagiários envolvidos.	Formalização do grupo;
Encaminhar as questões emergenciais que surgirem nos grupos;	Assessorar, acompanhar e articular políticas públicas.	Abordagens individuais e/ou grupais.	Número de abordagens individuais realizadas e/ou grupais; Número de professores, bolsistas e estagiários envolvidos; Número de encaminhamentos realizados.	Relatório das abordagens e dos encaminhamentos realizados.
Realizar o planejamento estratégico com os grupos e acompanhar as ações planejadas;	Planejamento das atividades	Reuniões.	Número de reuniões realizadas; Número de planejamentos realizados; Número de pessoas que participaram das reuniões; Número de acompanhamentos realizados.	Relatórios; Documentação.

Ilustração 6: Metas e Indicadores do projeto.

Fonte: Relatório ITCP- Incubagem de Empreendimentos de Economia Solidária do Vale do Itajaí (2006, p.12 – 14).

As metas e os indicadores refletem os propósitos do trabalho da ITCP, sendo estes elaborados a partir de um planejamento estratégico que estabelece desde os objetivos até os meios de verificação utilizados para efetuar a medição do alcance.

Entre os EES já incubados pela ITCP/FURB citam-se: COOPERCRISTAL (produção), COOPERMÚSICA (serviços), UNIFRETE (transporte de cargas),

COOPERVIAGENS (viagens turísticas), COOPERBLU (serviços) e Estrela Azul (confeção). Atualmente a ITCP/FURB acompanha seis empreendimentos: Fino Toque Têxtil Cooperativa, Associação Participativa Recicle Indaial (APRI), Associação de Agricultores Amigos da Árvore (4As), Cooperativa de Terraplanagem e Transporte (COOPERTTRAN), Associação dos Artesãos Alternativos Blumenau e Região, Cooperativa de produção de Alimentos Naturais e Alimentos em geral (NUTRICOOPER), e Associação das Tecelãs do Vale do Itajaí (Verbo Tecer).

Dentre os vários empreendimentos que recebem assessoria da ITCP/FURB, que estão obtendo êxito, citam-se dois como exemplo e que são os empreendimentos abordados neste estudo:

a) Associação Participativa Recicle Indaial (APRI): tem como objetivo a inclusão social dos catadores de resíduos e matérias recicláveis pela geração de trabalho e renda, propondo soluções para o lixo industrial e urbano. Os agentes de assessoria da ITCP/FURB contribuíram na organização do processo de trabalho dos associados da APRI. Também forneceram cursos para o grupo que os prepararam para gerir o empreendimento, buscou incentivá-los a participarem de palestras e reuniões da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí – RESVI, as Feiras de Economia e congressos sobre o meio ambiente, para possibilitar a ampliação e fortalecimento do empreendimento. Os associados estão em processo de transição, de catadores de resíduos e materiais recicláveis para agente ambiental, graças aos cursos de capacitação.

Para 2007 planejam divulgar nas escolas e fábricas da comunidade de Indaial, a importância da reciclagem e do trabalho da APRI, para buscar novos parceiros e a conscientização da população local, através de *folders* e cartões da associação.

b) Cooperativa de Terraplanagem e Transporte (COOPERTTRAN): a Cooperativa nasceu da organização de trabalhadores em situação de exploração ou desemprego, procuraram a incubadora buscando informações sobre como montar uma cooperativa em 2000 e com o apoio da ITCP/FURB participaram dos cursos e palestras e constituíram a cooperativa.

Dessa forma, pode-se ver a incubagem como um processo gradativo, no qual ocorrem vários momentos, desde o diagnóstico até o monitoramento das atividades, possibilitando assim o desenvolvimento dos empreendimentos dentro do conceito da economia solidária, praticando a cooperação, solidariedade, promoção de dignidade, valorização do trabalho humano e compreensão entre os membros, respeitando sempre

seus limites, crenças, ideologia política e cultura, mediando suas diferenças e conflitos.

A assessoria prestada pela equipe da ITCP aos grupos fez com que percebessem a importância de fortalecer continuamente os vínculos e a manutenção das parcerias entre os empreendimentos, na forma de redes solidárias buscando aprender por meio das trocas de experiências, criando condições e segurança por meio do empoderamento dos participantes, esclarecendo suas dúvidas e ressaltando suas potencialidades e capacidade de resolverem os problemas e tomarem decisões.

Assim, como proposto nos objetivos deste estudo, são descritos a seguir os dois empreendimentos citados acima, e escolhidos pela pesquisadora, por meio de um critério de escolha que abrangesse empreendimentos de diferentes setores e tamanho, com o mesmo período de assessoria e já desligados, ou em processo de desligamento da incubadora, por meio dos quais foi desenvolvida a análise de todo o processo de construção da cooperativa, cada qual com suas particularidades e uma nobre história, de trabalho e esforço, para contar.

## **4 ESTUDO DE CASO DOS EMPREENDIMENTOS: APRI E COOPERTTRAN**

Neste capítulo são apresentados os empreendimentos escolhidos para análise do desenvolvimento das atividades desde o início da criação da cooperativa: Associação Participativa Recicle Indaial (APRI) e a Cooperativa de Transportes e Terraplanagem (COOPERTTRAN). São abordados aspectos dessas empresas relativos ao desenvolvimento do trabalho dirigido pela FURB.

### **4.1 ASSOCIAÇÃO PARTICIPATIVA RECICLE INDAIAL (APRI)**

A APRI é um grupo de catadores (as) de materiais recicláveis de Indaial, que vêm se reunindo desde o dia 12 de março de 2002 e, contam com a assessoria da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/FURB). Está situada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº. 1274, Bairro Tapajós, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, e fornece material para as cidades de Timbó, Indaial e Blumenau.

É importante ressaltar que, este grupo, em especial, já existia desde o ano de 1992, porém em outro endereço, mas apresentava uma administração desorganizada e as instalações e as condições de trabalho eram precárias. Como a Prefeitura Municipal de Indaial necessitava cumprir a exigência do Governo Federal de oferecer ao município uma coleta seletiva de lixo eficiente, que atendesse as necessidades da comunidade, a Prefeitura procurou a ITCP/FURB para que realizasse a articulação com a APRI e iniciasse todo o processo de capacitação e organização da associação. O Governo Federal com o apoio do BNDES disponibilizou verba para incentivar a iniciativa. Por meio desse incentivo foi adquirido o caminhão utilizado para a coleta de lixo reciclável, bem como foi disponibilizado um galpão maior em terreno cedido pela Prefeitura, porém este galpão de maior área ainda não foi liberado, apesar de o recurso já ter sido repassado para a Prefeitura a mais de dois anos. Assim, foi estabelecida uma parceria entre a APRI e a Prefeitura, tendo a ITCP/FURB, o importante papel de articular e viabilizar a execução de todo o processo transformador e transitório, além de ter a finalidade de estruturar um trabalho mais amplo, que ocasionasse mudanças no comportamento e na cultura da comunidade de Indaial. Sendo assim, em 2001, a APRI iniciou suas atividades com 20

associados. Atualmente, seis anos depois, atuam com a participação de 12 associados e com um expressivo aumento da produção e do faturamento. É importante relatar que a diminuição do número de associados se deu em virtude de diversos fatores, tais como: adaptação ao trabalho, opiniões divergentes, falta de objetivos em comum, espaço físico inadequado e baixo rendimento, típicos de um início de negócio sem a infra-estrutura adequada. Porém, dentre as dificuldades pelas quais o grupo passou, a mais difícil foi superar o desfalque feito pelo presidente e pelo tesoureiro do grupo, no ano de 2006, no qual foram desviadas as sobras do faturamento da Associação, o que enfraqueceu as finanças do empreendimento. Hoje, a principal dificuldade que impede a associação de expandir os negócios é a falta de espaço físico, que não permite que a empresa faça a coleta em um número maior de bairros. Se este problema for superado, existe uma grande chance de o empreendimento ampliar a coleta e negociar os materiais diretamente para empresas interessadas, sem passar por atravessadores.

Os trabalhadores da APRI têm na coleta do material reciclável seu meio de subsistência. Trabalham com a reciclagem de mais de trinta itens, na qual todos participam do processo integralmente, que vai desde descarregar o caminhão, até a seleção do material por estrutura, cor e qualidade, sendo seguidamente encaminhados para a prensa à comercialização.

A coleta é feita pela Prefeitura Municipal de Indaial, por meio do programa de coleta seletiva, sendo que o acondicionamento e a triagem dos materiais acontecem no galpão viabilizado pela Prefeitura Municipal de Indaial, porém têm a promessa da prefeitura de uma mudança em breve para um galpão com maior espaço físico, que será financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), no qual os recursos já estão disponibilizados.

No ano de 2001 faturavam em torno de R\$ 3.000,00 por mês, que eram igualmente divididos entre os cooperados, sendo que 10% deste valor eram retirados para prover a manutenção do negócio.

A comercialização atualmente é feita coletivamente, para um atravessador, sendo que o grupo pretende vender os materiais diretos para as empresas que fazem o processamento dos produtos, ultrapassando os intermediários/atravessadores. Hoje o faturamento fica na casa dos R\$ 12.000,00 mensais, sendo que, sem os 10% destinado ao custo de manutenção, este valor gera um rendimento mensal de R\$ 900,00, para cada associado. A sobra dos 10% que não for utilizada na manutenção do empreendimento é

depositada mensalmente, gerando no final do ano o rendimento equivalente ao 13º salário.

No ano de 2006, quando do início do atual projeto, uma das demandas que apareceu entre os associados foram as dificuldades interpessoais, devido à rotatividade dos associados e dificuldades financeiras pelas quais a associação estava passando. Diagnosticada tal demanda a equipe planejou algumas ações das quais os estagiários acompanharam semanalmente a execução. Entre as ações podem ser destacadas as oficinas psicossociais (que trabalharam o processo grupal, motivação, comunicação; a assessoria contábil), e as assessorias pontuais nas quais foram trabalhadas questões que foram surgindo no cotidiano do trabalho.

Atualmente o organograma da empresa se compõe da seguinte forma:

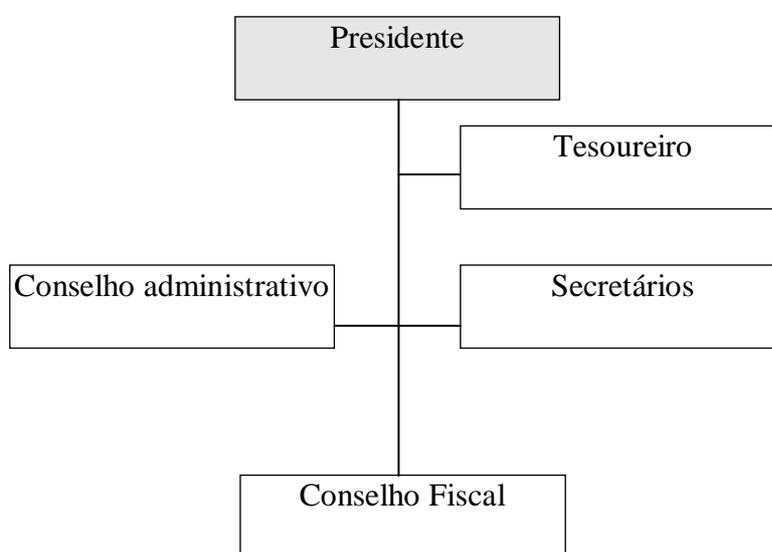


Ilustração 7: Organograma da APRI.

Fonte: dados primários (2007).

Pode-se perceber pela constituição do organograma que todos os associados atuam integralmente na cooperativa, desempenhando funções de responsabilidade, conforme segue no detalhamento das atividades que compõem cada cargo, sendo que os maiores detalhes sobre a constituição da associação podem ser apreciadas no Estatuto da APRI (ANEXO C).

Ao **presidente** são atribuídas as seguintes funções:

- representar e responder pela APRI;
- presidir reuniões e assembléias, com periodicidade mensal;
- assinar documentos recebidos e pagamentos em conjunto com o tesoureiro;

- d) administrar a APRI, em conjunto com a secretaria executiva;
- e) definir planos de trabalho em conjunto com o conselho administrativo;
- f) responder judicialmente e extrajudicialmente pela gestão da associação.

Ao **conselho administrativo** são atribuídas as seguintes funções:

- a) representar a APRI nas suas ações;
- b) convocar assembléias;
- c) montar planos de trabalho;
- d) administrar a APRI.

Ao **tesoureiro** cabe:

- a) organizar a contabilidade;
- b) assinar em conjunto com o presidente as liberações de pagamento;
- c) elaborar o balanço anual e os balancetes;
- d) proceder aos recebimentos e aos pagamentos;
- e) substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Aos **secretários** cabe:

- a) secretariar as reuniões e assembléias;
- b) arquivar documentos e correspondências;
- c) manter sobre sua guarda os livros da APRI;
- d) substituir o tesoureiro nas suas faltas e impedimentos;
- e) redigir, ler e assinar as atas das reuniões de conselho de administração e da assembléia geral dos associados.

Ao **conselho fiscal** são atribuídas as funções de:

- a) presidir as reuniões e assembléias;
- b) manifestar sobre a alienação da venda de bens e patrimônio;
- c) convocar reuniões e assembléias;
- d) manifestar sobre a conduta dos associados;
- e) manifestar sobre os planos de trabalho.

A equipe de assessoria da ITCP/FURB acompanhou sistematicamente a APRI sendo que as visitas e reuniões ainda ocorrem semanalmente, realizadas na sede da mesma, no galpão, local de trabalho dos associados.

Os associados, em sua maioria, possuem baixa escolaridade e quase nenhuma qualificação profissional. Nesse sentido, a APRI busca a inclusão social dos catadores de resíduos e materiais recicláveis pela geração de trabalho e renda, propondo soluções para o

lixo industrial e urbano.

Atualmente, a coleta dos resíduos e materiais recicláveis é transportada por um caminhão da Prefeitura levando até a Associação, assim como o aluguel do galpão que também é pago pela prefeitura. A parceria da APRI com o poder público local viabilizou o fortalecimento da mesma, garantindo para os associados à geração de trabalho e ampliação da renda.

É importante ressaltar que, a assessoria da equipe da ITCP contribuiu e ainda contribui na organização do processo de trabalho dos associados da APRI, sendo que os mesmos estão vivendo a transição de coletores de material reciclado para agentes de educação ambiental. Está sendo planejada, para o ano de 2007, a divulgação da coleta seletiva nas escolas, fábricas e na comunidade de Indaial. Nesta divulgação serão distribuídos *folders* e cartões da Associação para conscientizar a população acerca da importância do trabalho da mesma e divulgar um trabalho de conscientização de aderir à coleta seletiva (ver *folder* APRI no ANEXO D).

Durante a assessoria da equipe foi trabalhada a dimensão psicossocial, no sentido de diminuir o individualismo, a competição e a desconfiança nos outros e em si próprios. Também foram trabalhados aspectos para diminuir o sentimento de impotência frente à realidade da exclusão social, a fim de construir formas que valorizassem as relações de cooperação, possibilitando mudanças no sentido que os associados têm sobre a sua capacidade de agir de maneira individual e coletiva. Estes são motivados a participarem de eventos de economia solidária, como nas reuniões da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI), nas Feiras de Economia Solidária, nos congressos sobre o meio ambiente, pois nestes espaços, podem crescer.

Assim, os associados participaram das reuniões da RESVI; da IV Feira Estadual de Economia Solidária, realizada em Chapecó, onde conheceram os produtos solidários, além de participarem de palestras e oficinas sobre vários temas relacionados à Economia Solidária.

Atualmente esta sendo realizado na APRI o Curso de Capacitação em Cooperativismo e Autogestão, sendo que um dos objetivos do curso é promover a qualificação profissional, trabalhar os vínculos afetivos e as relações entre os associados, a fim de melhorar o trabalho da associação para, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos associados. No entanto, apesar das conquistas, a Associação enfrenta muitos desafios, sendo o mais importante a necessidade de ampliar o trabalho com a cadeia

produtiva dos resíduos, transformando-os em novos produtos e a configuração de uma identidade coletiva, que os fortaleça enquanto grupo solidário.

Os associados também têm um projeto com o fim de serem contratados pela Prefeitura com o intuito de melhorar a qualidade da coleta e garantir direitos trabalhistas, porém, é sabido que esta mudança descaracteriza o caráter associativo dentro da economia solidária.

#### 4.2 COOPERATIVA DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES (COOPERTTRAN)

A COOPERTTRAN é uma cooperativa composta por 230 cooperados, que atua com transportes e ou fretamento rodoviário, com caminhões e maquinário próprio na execução de terraplanagem, drenagem, obras de arte corrente (galerias, bueiros, canais e descidas de água) e pavimentação. Está situada à Rua Pomerode, nº. 832, Bairro Salto do Norte, Blumenau, Santa Catarina (ver cartão de visitas no ANEXO E).

A cooperativa surgiu da iniciativa do senhor Hélio, atual presidente, que por já ter participado de uma cooperativa de transportes de sementes e grãos no Paraná, aproveitou a experiência na área e se reuniu com alguns colegas, todos estes, proprietários de caminhões ou máquinas necessários para exercer a atividade. Além disso, existiu uma forte motivação para a constituição da cooperativa, que foi o fato de os trabalhadores serem expostos a uma intensa exploração por parte das empreiteiras do município.

Enquanto trabalhavam como terceirizados para a Secretaria Municipal de Obras de Blumenau, o grupo já se articulava para construir uma nova forma de trabalho: a cooperativa. Com a experiência do atual presidente da cooperativa, as máquinas necessárias e com o apoio de um vereador e de um funcionário da referida Secretaria, eles se reuniam para chegar a uma solução viável para todos.

Sendo assim, no ano 2000 procuraram a ITCP/FURB para concretizar a idéia. Na incubadora encontraram a orientação necessária para conceber a cooperativa. Foram ministrados cursos de cooperativismo, empreendedorismo e autogestão com base na economia solidária, que tinham por objetivo esclarecer os trabalhadores sobre as especificidades do trabalho associativo e como estratégia de subsidiar o processo decisório dos mesmos.

A incubadora auxiliou a COOPERTTRAN em todo o processo legal para sua instituição, os informando sobre conteúdos pertinentes como: elaboração do estatuto, realização da assembléia de fundação, levantamento da documentação necessária para concorrerem a licitações, entre outros aspectos.

A COOPERTTRAN foi fundada em 5 de agosto de 2000, com 22 cooperados, sendo que os primeiros dois anos não tiveram faturamento, pois não conseguiram participar das licitações, e com as obras privadas a concorrência era igualmente difícil, já que a cooperativa ainda não era conhecida no mercado. Nesse período foi de vital importância o apoio da incubadora para divulgar as funções da cooperativa no mercado e articular com a prefeitura as negociações quanto à participação nas licitações. Segundo relato do presidente da cooperativa, senhor Hélio, o apoio da ITCP foi peça fundamental nos primeiros anos, os mais difíceis para eles, pois não tinham recursos financeiros para pagar os cursos e a orientação na área jurídica, tão importante no início de qualquer empreendimento e principalmente um empreendimento solidário no qual a forma de gestão, administração e todos os trâmites são diferentes do sistema capitalista e a aceitação no mercado também.

Em 2002, a COOPERTTRAN ganhou uma licitação junto à prefeitura, de uma obra de grande porte, começando a ter faturamento e criando reconhecimento e credibilidade no setor. Porém, tiveram um sério problema na mesma época com o presidente e o tesoureiro em exercício, que trataram de desviar da conta da empresa uma quantia expressa em R\$ 100.000,00, nos quais R\$ 36.000,00 eram destinados ao pagamento do INSS e IR e R\$ 70.000,00 eram para o fundo de caixa. O senhor Hélio informou durante a visita feita ao empreendimento, que só não fecharam a cooperativa porque ele como sócio-fundador, idealizador daquele sonho, mais seus colegas, uniram forças e decidiram seguir em frente. Ele relata que foi um momento muito difícil, onde todos desanimaram e havia um clima de desconforto, pois estavam com um processo judicial em andamento não só para recuperar o que foi roubado, mas principalmente para que os culpados sejam punidos e, como exemplo, evitar a repetição de tal fato.

O presidente atual, que assumiu a presidência com aceitação unânime em 2003 cumprindo o mandato do antigo presidente e sendo reeleito em 2006 com 98% de aceitação, justifica orgulhoso o resultado, a transparência e honestidade em suas ações: “Nós da presidência, da administração, contabilidade e tesouraria, tivemos que fazer um trabalho intenso para recuperar a confiança dos demais cooperados e motivá-los a

continuar” (DADOS PRIMÁRIOS, 2007).

Todos os meses são realizadas reuniões do conselho e uma assembléia geral ordinária anual, nas quais são demonstrados os resultados, feita a divisão das sobras e o planejamento anual.

Os rendimentos são divididos proporcionalmente à obra e ao meio de produção utilizado em sua execução, acordo esse feito entre os cooperados desde que a cooperativa foi fundada. A divisão funciona de acordo com o veículo que o cooperado possui e as horas/máquinas trabalhadas, ou seja, o cooperado que possui um caminhão trabalhando oito horas máquina terá uma maior participação nos rendimentos, diferentemente do cooperado que é proprietário de uma moto que trabalhou as mesmas oito horas.

O custo com manutenção e abastecimento é de responsabilidade individual, ou seja, do proprietário do veículo, sendo a COOPERTTRAN, responsável em pesquisar os menores preços e repassá-los aos cooperados.

Atualmente a cooperativa possui cooperados proprietários de motos, kombis, caminhões, máquinas retro-escavadeiras e carregadeiras de médio e pequeno porte, de propriedade individual.

Hoje COOPERTTRAN só integra novos cooperados se houver o serviço direcionado para o seu determinado tipo de equipamento, e a disponibilidade de atuar no local da obra em questão.

Está sendo negociada uma parceria com uma grande rede de supermercados em Blumenau para entregas de ranchos, o que irá ampliar a atuação da cooperativa e gerar mais receita, garantindo pagamento em dia, já que a prefeitura sempre atrasa.

Seus principais clientes em obras públicas são: a Prefeitura, a Companhia Urbanizadora de Blumenau (URB) e o Serviço Autônomo municipal de Água e Esgoto (SAMAE), empresas ligadas à prefeitura em obras privadas, atuam mais com a Empresa Momentos Engenharia, mas também com outras empresas, já que a demanda cresceu muito em 2006. Em atividade constante, hoje alcançam uma margem de 70 cooperados prestando serviço efetivo.

Como já citado anteriormente, nos primeiros dois anos não houve faturamento, pois a cooperativa estava em fase de estruturação. O faturamento e as sobras dos anos de 2002, 2003 e 2004 não foram informados, pois não há um histórico disponível para consulta. O faturamento bruto do ano de 2005 foi de R\$3.000.000,00 e em 2006 de R\$ 3.800.000,00, aproximadamente. Pode-se perceber um crescimento de quase 27% comparando os dois

períodos.

O número de cooperados teve grande aumento desde seu primeiro ano de existência, no ano 2000, quando a cooperativa contava com 22 cooperados, número este que se manteve em 2001. Em 2002 passa a ter 40 cooperados, em 2003 conta com 60, em 2004 com 120, em 2005 com 168, em 2006 com 200, e atualmente com 230. O aumento relacionando o número de cooperados no período de 2005 e 2006 foi em torno de 19%, como pode ser observado no gráfico 1. De um ano para o outro o percentual de crescimento se deu da seguinte forma:

- a) de 2001 para 2002 = 82%
- b) de 2002 para 2003 = 50%
- c) de 2003 para 2004 = 100%
- d) de 2004 para 2005 = 40%
- e) de 2005 para 2006 = 19%
- f) de 2006 para 2007 = 15%

Gráfico: Crescimento de cooperados por ano

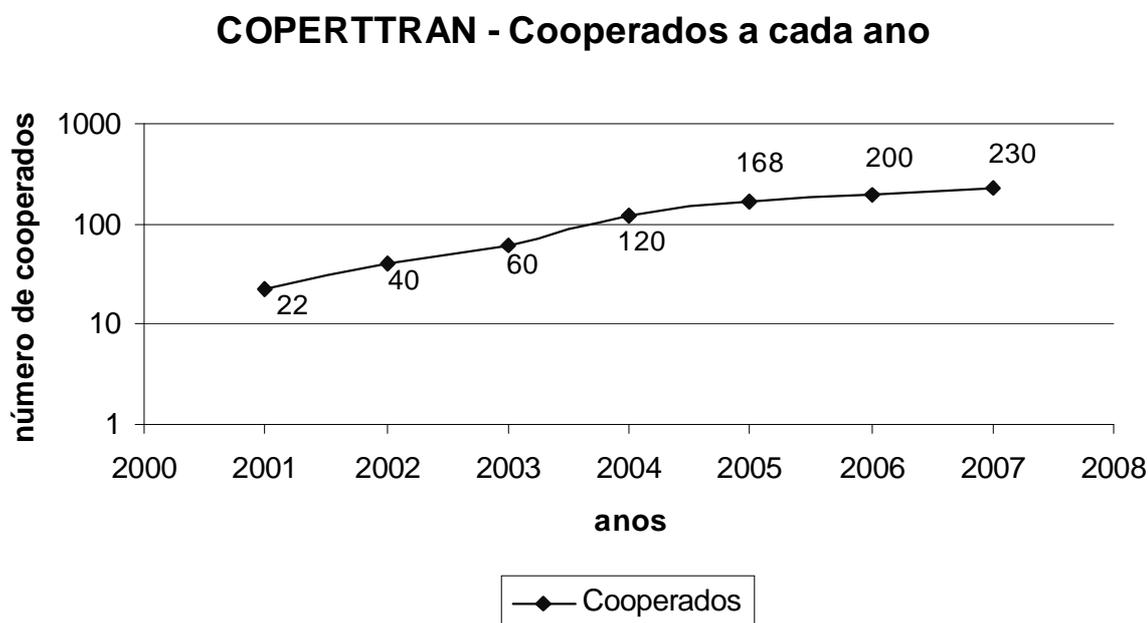


Ilustração 8: Gráfico do crescimento de cooperados por ano.  
Fonte: Dados primários (2007).

As sobras do ano de 2005 ficaram em torno de R\$ 135.000,00 e, em 2006 em R\$ 178.000,00, apresentando um crescimento de quase 32%. Pode-se concluir que, o crescimento das sobras e do faturamento foi superior ao crescimento do número de

cooperados no mesmo período. Conforme o presidente informou, em 2006 a demanda apontou um aumento considerável, e a experiência e o empenho dos últimos anos de todos os cooperados tem ajudado bastante na redução de custos e no aumento da qualidade na prestação dos serviços, fazendo o faturamento crescer e as sobras serem mais elevadas a cada ano. O senhor Hélio também associa o sucesso do empreendimento ao modelo econômico utilizado: a economia solidária.

A economia solidária permite a autogestão, a sustentabilidade, a participação coletiva, o que torna as ações mais transparentes e confiáveis, e, isso é fundamental, unida a consciência de que são os proprietários do empreendimento, aumenta a motivação e melhora os resultados, fazendo o negócio crescer.

Desde o ano de 2004, a COOPERTTRAN vem se desligando da incubadora e, atualmente, sua ligação se resume aos cursos que fazem para reciclagem.

A COOPERTTRAN tem como meta ampliar sua atuação no mercado privado para garantir maior independência de empresas públicas que representam o maior volume de serviços da cooperativa atualmente.

A maior dificuldade que ainda encontram é manter a estabilidade do negócio, dada a sazonalidade do setor e a dificuldade em participar das licitações, principalmente por se apresentar como uma cooperativa de economia solidária. Muitas vezes, por esse motivo tem sua participação vetada, sendo necessário acionar a justiça para poder participar. Outra dificuldade é o fato de não possuir mão-de-obra no ramo de atuação e, com isso não poder participar de uma licitação completa. Porém, são barreiras a serem superadas, uma vez que todo e qualquer empreendimento se compõem de riscos.

## 5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO ESTUDO E SUGESTÕES

A partir das visitas realizadas aos empreendimentos, pode-se verificar o quanto importante é este trabalho realizado pela ITCP/FURB, pois é realmente muito valioso o depoimento e a vivência de cada participante da cooperativa/associação.

Durante a visita foi possível detectar alguns problemas básicos que atingem uma ou outra empresa e alguns que atingem ambas, como por exemplo:

✓ COOPERTTRAN:

- a) Apesar de todo o longo processo de incubação, constatou-se a ausência de histórico anual de faturamento, de número de obras o que sugere certa desorganização com dados necessários para analisar o desempenho do negócio ao longo dos anos e poder a partir do conhecimento deles, desenvolver projeções e criar ações na hora do planejamento estratégico;
- b) Percebe-se também que, há concentração de poder, já que durante as entrevistas as informações sobre faturamento, custos e número de cooperados, número de obras e clientes não era de conhecimento geral e o presidente era quem as detinha. Esse fato entra em choque com o conceito de autogestão, no qual todos participam e as informações são descentralizadas.

✓ APRI:

- a) Durante a visita à APRI, em conversa com alguns associados, ficou clara a necessidade que eles possuem em adquirir garantias trabalhistas, tendo seus serviços contratados pela Prefeitura. Para tanto, é necessária a elaboração de um projeto desenvolvido pela equipe da ITCP/FURB, que apresente a projeção dos benefícios que a ampliação da associação poderá representar para a comunidade de Indaial. Este projeto seria entregue à Prefeitura de Indaial, com o intuito de acelerar o andamento da alocação da associação para o novo galpão e assim, poder aumentar sua produção e seu espaço no mercado.

Apesar de todo o discurso da economia de autonomia diante do Estado, pode-se afirmar que ambas as empresas vivem e sobrevivem do apoio do Governo e que o cordão umbilical com os órgãos públicos ainda existe.

Percebeu-se que a criação de um controle financeiro para ambas as empresas se faz necessário, desde que o mesmo seja transmitido para todos os associados/cooperados de forma transparente e esclarecedora, por meio de gráficos que possibilitem o entendimento

de todos os integrantes, uma vez que nem todos têm facilidade de compreender informações desta natureza.

Apesar de não terem alguns benefícios básicos, vale ressaltar que em ambos os empreendimentos os integrantes pagam o INSS, tendo assim, este direito garantido e, além disso, contribuem para a não proliferação do trabalho informal, sendo este um dos problemas de maior gravidade para o governo, que tenta diminuir o arroxio da previdência.

Analisando as informações e dados disponibilizados pela COOPERTTRAN e pela ITCP/FURB, pode-se concluir a efetividade do processo de incubagem de tais iniciativas, por meio de ITCP's, programas desenvolvidos com o apoio de entidades, assim como a FURB dentro do conceito de economia solidária. O crescimento e a sustentabilidade apresentada por esse empreendimento solidário comprova que é possível gerar trabalho e renda de forma solidária dentro do sistema capitalista, pois o objetivo principal não é o lucro individual e concentração de renda e sim, a divisão de resultados, pois se busca o desenvolvimento socioeconômico coletivo dos participantes do empreendimento, da região ou comunidade onde está localizado, a inclusão social e aumento na qualidade de vida por meio do resgate da dignidade e cidadania.

Percebe-se, nesse contexto, o fundamental apoio da ITCP, que estabeleceu um vínculo com a cooperativa, possibilitando que os trabalhadores pudessem assumir o empreendimento como um todo, e não apenas como executores e/ou trabalhadores.

A ITCP/FURB é percebida pelos empreendimentos como um projeto que vai ao encontro dos trabalhadores, no qual as potencialidades são valorizadas e o acesso à qualificação é garantido a todos.

É fato que a metodologia adotada pela ITCP/FURB permite que os trabalhadores se envolvam na realização de projetos, cálculos, organização de reuniões, preparação de documentos, fazendo com que os mesmos participem integralmente da construção do empreendimento, adquirindo com isso, uma nova visão sobre o trabalho.

Nos dois empreendimentos houve o mesmo problema quanto ao desvio financeiro por parte dos responsáveis pela área, o que torna questionável em até que ponto a autogestão funciona, e se funciona, ela está sendo aplicada na íntegra? É necessária a criação de um controle financeiro para ambas as empresas, desde que o mesmo seja transmitido para os cooperados/associados com linguagem acessível a todos, com informações transparentes e esclarecedoras, que poderão ser formuladas com o auxílio de um cooperado que não faça parte da administração e que seja estipulado um processo de

rotatividade do cooperado/fiscal a cada operação de resultados.

Outro ponto é a dependência de ambos os empreendimentos da prefeitura, no qual o apoio dado por esta é vital para a existência das empresas. Sendo a prefeitura o cliente principal da COOPERTTRAN, responsável pelo maior volume de trabalho, já que é o maior gestor e investidor de infra-estrutura.

A ITCP/FURB poderia pensar em uma ação paralela para atrair para a APRI os catadores autônomos e, assim, fazer com que eles se associem e trabalhem juntos, aumentando e concentrando o volume de coleta e possibilitando a venda sem atravessadores, tratando diretamente com as empresas interessadas. Dessa forma, seriam resolvidos dois grandes problemas, pois também os catadores autônomos deixariam de ser informais para serem registrados, legalizados, trabalhando com melhores condições e equipamentos mais adequados.

Na COOPERTTRAN também chamou atenção o fato de que o cooperado, para fazer parte da cooperativa, deverá ter um capital inicial, ou seja, um veículo de transporte, pois do contrário não poderá participar, sendo assim, nesse empreendimento cada cooperado é proprietário do seu meio de produção, onde não há patrimônio coletivo parcial ou total, e terá maior participação no faturamento e nas sobras aquele que deter o melhor modo de produção ou o maior número de veículos em atividade, já que se ganha de acordo com esses itens.

Dentro da economia solidária e do projeto da ITCP/FURB seu sujeito alvo são trabalhadores desempregados, em risco de desemprego, ou em situação de exploração e/ou escravidão. Nesse contexto ter um capital para iniciar sua participação na cooperativa é bem difícil, e se mostra fora da proposta apresentada. Podemos aqui levantar a seguinte questão, até que ponto a metodologia utilizada pela ITCP/FURB para orientar e apoiar os EES é efetivo em sua totalidade?

Claro que, cabe aqui esclarecer, que é mérito da incubadora toda evolução e sucesso alcançados com os empreendimentos por ela incubados, e um dos meios de combater a exclusão e a subalternidade são as ITCP's, pois por meio delas é possível criar novas oportunidades e devolver esperança àqueles que não conseguem mais acreditar que ter uma vida digna não é somente um sonho inalcançável. Porém, alguns pontos devem ser repensados, para que todos os empreendimentos consigam alcançar a sustentabilidade, sem manter nenhum tipo de dependência com a incubadora ou outra entidade qualquer e assim manter-se no mercado após o processo de incubagem.

Será que o prazo de incubagem é adequado? É importante ressaltar que cada empreendimento possui realidades distintas e necessidades particulares, o que impede de se ter uma data precisa para realizar o desligamento e a necessidade de tornar o processo flexível de acordo com o perfil demandado.

Outro fato percebido na pesquisa que desacelera e atrapalha o desempenho do processo é a rotatividade de alguns integrantes das equipes de apoio da ITCP, como os bolsistas, estagiários, professores que entram de licença. Até o substituto estar envolvido e interado ao projeto, demanda tempo atrasando o desenvolvimento do trabalho.

A COOPERTTRAN possui concentração de poder, informações centralizadas, segundo o relato dos cooperados, seguem uma gestão mista, na qual o presidente, conselho administrativo e o tesoureiro se reúnem mensalmente e tomam as decisões, para depois comunicarem aos demais cooperados, sendo que esse processo acontece somente uma vez por ano quando é realizada a assembléia ordinária anual, na qual todos participam.

O próprio presidente disse que é muito complicado exercer a autogestão com um grupo grande como o deles. Não há como reunir todos os cooperados ao mesmo tempo, pois têm sempre alguns que estão em campo trabalhando.

Pode-se perceber que todo e qualquer modelo administrativo ou financeiro deve ser adaptado de acordo com a necessidade e realidade do empreendimento. A autogestão pode acontecer quando representantes de um grupo defendem e praticam o interesse de todos, de forma transparente, sem concentrar o poder e tirar proveito disso, a autogestão democrática dos empreendimentos é uma diferença entre economia solidária e capitalista, já que esse modelo de gestão atende os princípios da democracia, igualdade e solidariedade. Desta forma ela pode ocorrer por meio da ação dos representantes do grupo que irão participar de forma efetiva e transparente os resultados para o coletivo.

Foi percebida também na APRI a dificuldade de se sentirem empreendedores, donos e responsáveis pelo seu negócio, pois desejam obter direitos trabalhistas por meio do contrato com a prefeitura, ainda cultivam a necessidade de ter um salário exato todo mês, ao invés da divisão da remuneração de sua atividade e a participação das sobras, e justamente essa mudança em sua função econômica deveria motivá-los a maior dedicação na produção para aperfeiçoar seu funcionamento o máximo possível.

Romper com essa cultura de subalternidade é o desafio dos que optam em aplicar, divulgar e praticar a economia solidária, e iniciativas como da ITCP/FURB auxiliam nessa transformação, onde a troca de experiências e saberes são peças fundamentais nesse

processo de difícil transição.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações econômicas das últimas décadas ocasionaram o crescimento do movimento de economia solidária no Brasil. A partir dessas mudanças foram criadas propostas e iniciativas inovadoras de cunho social, econômico, solidário e que se direcionam para estabelecer melhor qualidade de vida para milhares de indivíduos.

O desenvolvimento deste estudo trouxe uma visão mais próxima das entidades que formam a rede de economia solidária no Brasil. Com isso constatou-se que as ações são válidas, mas que ainda precisam de maior atenção por parte do Governo Federal, pois apresentam uma enorme carência de uma concepção política mais ampla, que promova a emancipação do trabalhador.

O objetivo geral do estudo foi alcançado, pois foi possível avaliar a atuação da ITCP/FURB na incubagem de EES. Esta avaliação se deu por meio do estudo da APRI e da COOPERTTRAN que, atualmente, recebem assessoria da ITCP/FURB. Constatou-se que a metodologia utilizada pela FURB é adequada para estabelecer a iniciação do processo de incubagem, porém percebeu-se que para cada EES deve haver ações direcionadas de acordo com as dificuldades encontradas em cada ambiente.

Da mesma forma, também foram alcançados os objetivos específicos, pois houve uma extensa pesquisa teórica sobre incubadoras populares de cooperativas, economia solidária, rede solidária e políticas públicas. Esta pesquisa foi rica em conteúdo, devido à produção acadêmica e científica de artigos, livros e teses ser tão vasta.

Outro objetivo específico do trabalho era o de retratar o modelo de implementação da APRI e da COOPERTTRAN, e qual o resultado gerado. Nesse sentido, pode-se afirmar que, a pesquisa permitiu que o dia-a-dia dos empreendimentos fosse visto de perto, sendo possível obter informações valiosas para compor o resultado do estudo de maneira que se puderam propor algumas sugestões para o desenvolvimento do trabalho. Observou-se por meio da pesquisa que a metodologia adotada pela ITCP/FURB é adequada, porém pode haver uma maior preocupação em construir um processo que forneça aos trabalhadores um conhecimento estratégico, com visão sistêmica, que permita situá-los em uma perspectiva mais ampla e perceber as possibilidades de mudanças sociais ainda necessárias, como por exemplo, a constituição de novas relações de trabalho.

Também foi realizado um estudo detalhado da ITCP/FURB, enquanto projeto de pesquisa e extensão da FURB, e verificou-se que avaliar a efetividade de programas

voltados à geração de trabalho e renda dentro dos princípios da economia solidária por meio dos empreendimentos solidários e autogestionários não é uma missão simples, já que esse conceito ainda é novo.

O apoio do Estado por intermédio de políticas de incentivo e fomento é fundamental para obter sucesso em programas que gerem trabalho e renda sem ser assistencialista, a exemplo das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

No caso da ITCP/FURB, assim como de outras incubadoras, as demandas atendidas são diversificadas aumentando o desafio e criando a necessidade em adaptar a metodologia desenvolvida de acordo com a realidade de cada uma. Os resultados apresentados nos empreendimentos analisados nessa pesquisa representam um caminho novo a ser explorado demonstrando o quanto é possível transformar o cenário atual de exclusão e miséria em uma nova cultura que garanta as futuras gerações um cenário diferente, onde o desenvolvimento sustentável seja sua herança.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Antônio Elgma. Políticas públicas: o que são políticas públicas. Disponível em: < [http://www.ce.sebrae.com.br/paginas/produtos\\_servicos/politicas\\_pub.php](http://www.ce.sebrae.com.br/paginas/produtos_servicos/politicas_pub.php)>. Acesso em: 10 mai. 2007.

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Que cara tem o Aroeira?** Uma contribuição à sistematização de uma prática de educação popular e inclusão cidadã. Florianópolis: Cepec, 2006.

BARROS, Josiane Fonseca. **O projeto educativo das ITCPs: encontros e desencontros na incubagem de cooperativas populares.** In: PICASSO, Iracy; TIRIBA, Lia. (Org.) Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária. São Paulo: Idéias e Letras, 2004, p. 189-214.

BRASIL. Ministério do trabalho e Emprego. SENAES. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005.** Brasília: MTE, SENAES, 2006, 60 p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CORRÊA, Marcela Krüger; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Reestruturação produtiva na indústria do vestuário no município de brusque – SC. **Revista Discente Expressões Geográficas.** Florianópolis, n. 2, p. 84-98, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/expgeograficas>>. Acesso em : 10 mai. 2007.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadoras de Cooperativas da Prefeitura Municipal de Santo André, SP.** São Paulo, 2002. 103 f. Mestrado em Ciência Política. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23052005-101736/>>. Acesso em : 10 abr. 2007.

DADOS PRIMÁRIOS. Etelvina. Coordenadora da ITCP/FURB: entrevista, 2007. Entrevistadora: Angela Maria Coelho. Blumenau, 2007. 1 MP3 sonoro. Entrevista concedida ao trabalho de conclusão do curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em jan. 2007.

\_\_\_\_\_. Hélio. Presidente da COOPERTTRAN: entrevista, 2007. Entrevistadora: Angela Maria Coelho. Blumenau, 2007. 1 MP3 sonoro. Entrevista concedida ao trabalho de

conclusão do curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 28 mai. 2007.

EID, Farid; PIMENTEL, Andréa Eloisa Bueno. Economia solidária: desafios do cooperativismo de reforma agrária no Brasil. **Travessia**. São paulo, 2001, 15 p.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, SEI, v. 12, n. 1, p. 9 – 19, jun. 2002. Disponível em: <[http://twiki.im.ufba.br/pub/PSL/economia solidária/economia solidária - fronteiras conceituais.pdf](http://twiki.im.ufba.br/pub/PSL/economia%20solidaria/economia%20solidaria%20-%20fronteiras%20conceituais.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2006.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

INCUBADORA DE COOPERATIVAS TECNOLÓGICAS POPULARES - ITCP. Disponível em: <<http://www.furb.br>>. Acesso em: 20 Ago. 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LINS, Hoyêdo Nunes. As cooperativas de trabalhadores em debate. **Cidade do Conhecimento**. 2006. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index0703.php>>. Acesso em: 24 mai. 2007.

LISBOA, Armando de Melo. **Socioeconomia solidária: marco conceitual latino-americano**. Instituto de economia. Universidade Federal de Uberlândia. 26 f. Disponível em: <[http://www.ie.ufu.br/.../Socioeconomia%20solidária.pdf](http://www.ie.ufu.br/.../Socioeconomia%20solidaria.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Ângela Maria. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de Pesquisa**. Rio de Janeiro, n.115, p. 207 – 232, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115.pdf>>. Acesso em: 20 Ago. 2006.

MARTINS, Geruza Beatriz Henriques. **Práticas limpas aplicadas às indústrias têxteis de santa catarina**. Universidade Federal de Santa Catarina – Mestrado em Engenharia de Produção. 1997. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta97/geruza.htm>>. Acesso em 24 mai. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

NAKANO, Marilena; ANCASSUERD, Marli Pinto; VILLAR, Maria Elena Villar e. **Educação autogestionária:** entre a experiência e o mito da administração científica e projeto de educação da Anteag. In: PICASSO, Iracy; TIRIBA, Lia. (Org.) Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária. São Paulo: Idéias e Letras, 2004, p. 147-166.

OBIOL, Salvador. **Moderno dicionário enciclopédico brasileiro:** educacional. Curitiba: Educacional Brasileira S/A., 1980.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda. **A atuação da Incubadora tecnológica de cooperativas populares da universidade regional de Blumenau:** a economia solidária no debate acerca do desenvolvimento regional. 2002. 187 f. Mestrado em Desenvolvimento Regional – Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2002.

PIERITZ, Vera Lúcia Hoffmann. **O empoderamento da rede de economia solidária do Vale do Itajaí. - RESVI:** a esfera pública em construção. 2004. 143 f. Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em Serviço Social) - Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2004.

PORTAL DO COOPERATIVISMO. Políticas públicas de economia solidária. Disponível em: <[http://www.cooperativismopopular.ufrj/print\\_politicas\\_publicas.php](http://www.cooperativismopopular.ufrj/print_politicas_publicas.php)>. Acesso em: 22 jun. 2007.

PROJETO ICCO. Relatório de sistematização da metodologia da ITCP/FURB: elaborado para o projeto incubadora de cooperativas populares – ICCO/UNITRABALHO. Blumenau: FURB, 2002.

PROJETO ITCP. Incubagem de empreendimentos de economia solidária do Vale do Itajaí. Disponível em: <<http://www.furb.br>>. Acesso em 12 jan. 2007.

PRONINC. Projeto de acompanhamento do PRONINC: diagnóstico e impactos do programa nacional de incubadoras de cooperativas populares. 2006. Disponível em: <[http://www.acompanhamentoproninc.org.br/down\\_sem-nov06/Diagnost\\_sem\\_nov-06.pdf](http://www.acompanhamentoproninc.org.br/down_sem-nov06/Diagnost_sem_nov-06.pdf)>. Acesso em 20 jun. 2007.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão, SC: Unisul, 2002.

ROESCH, Sylvia. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHIOCHET, Valmor. Por uma política pública Nacional de formação em economia solidária: PPNFES. Brasília: **SENAES/MTE**, 2007. Disponível em: [www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_>](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_>). Acesso em 10 mai. 2007.

SCHWENGBER, Ângela. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_rede.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_rede.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2007.

SINGER, Paul. É impossível levar o desenvolvimento a comunidades pobres? Brasília: **SENAES**, 2004.(texto para discussão). Disponível em: <[http://www.mtb.gr.br/ecosolidaria/conf\\_textopaulsinger/pdf\\_>](http://www.mtb.gr.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger/pdf_>). Acesso em: 17 mai. 2007.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. (Economia).

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. A importância de se conhecer melhor as famílias para a elaboração de políticas sociais na América Latina. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2000.(texto para discussão, n. 699).

## APÊNDICES

**APÊNDICE A – Questionário elaborado para direcionar a visita aos empreendimentos APRI e COOPERTTRAN**

**Roteiro para entrevista realizada nas visitas dos empreendimentos de economia solidária APRI e COOPERTTRAN, realizados em maio de 2007.**

- a) Razão Social: \_\_\_\_\_
- b) Descrição do negócio: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- c) Endereço: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- d) Número de cooperados do início até hoje: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- e) Organograma;
- f) Como funciona o faturamento na autogestão? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- g) Descrição e início da atividade: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- h) Que tipo de assessoria recebe e recebeu da ITCP? É válida? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- i) Quais os tipos de cursos e treinamentos são fornecidos pela ITCP? Eles ainda acontecem? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- j) Qual a importância do trabalho desenvolvido pelo empreendimento no contexto social? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- k) No que o trabalho cooperativo mudou a vida dos associados/cooperados? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- l) Como foram conseguidos os meios de produção (equipamentos)? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- m) Quais as dificuldades encontradas no início e atualmente? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- n) Qual é a relação com o governo? \_\_\_\_\_

---

---

o) Como se dá o abastecimento e manutenção do empreendimento? \_\_\_\_\_

---

---

p) Utilizam equipamento de proteção individual (EPI)? \_\_\_\_\_

---

---

q) Quais são os principais clientes? \_\_\_\_\_

---

---

## APÊNDICE B – Fotos do empreendimento APRI



**Ilustração 9: Placa de identificação do Empreendimento APRI**



**Ilustração 10: Fachada do galpão da APRI**



**Ilustração 11: Caminhão saindo para coleta - APRI**



**Ilustração 12: Material para ser separado - APRI**



**Ilustração 13: Material em processo de seleção - APRI**



**Ilustração 14: Prensa utilizada para acoplar o material - APRI**



**Ilustração 15: Interior do galpão e os separadores – foto 16**



**Ilustração 16: Associados exercendo as atividades - APRI**



**Ilustração 17: Material já selecionado e embalado - APRI**

**APÊNDICE C – Fotos do empreendimento COOPERTTRAN****Ilustração 18: Placa de identificação do Empreendimento COOPERTTRAN****Ilustração 19: Sede da COOPERTTRAN**



**Ilustração 20: Pátio da Cooperativa - COOPERTTRAN**



**Ilustração 21: Caminhão e posto de abastecimento - COOPERTTRAN**

## ANEXOS

## ANEXO A – Folder Economia Solidária – Governo Federal



### Como se informar?

Saiba como e onde a Economia Solidária está organizada no Brasil e no seu estado:



economia solidária

1. Você pode ter acesso às últimas notícias, documentos, artigos e reflexões sobre o tema na internet [www.fbess.org.br](http://www.fbess.org.br)
2. Conheça melhor a economia solidária no Brasil, acessando o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) na internet [www.sies.mte.gov.br](http://www.sies.mte.gov.br).



O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), é a instância nacional de articulação, debate, elaboração de estratégias e mobilização do Movimento de Economia Solidária no Brasil.

**Secretaria Executiva FBES:**  
Brasília, DF – Telefone (61) 3322 3268  
[www.fbess.org.br](http://www.fbess.org.br)

Realização



Secretaria Nacional  
de Economia Solidária

Apoio



FOME ZERO



Ministério do  
Trabalho e Emprego  
GOVERNO FEDERAL

### Secretaria Nacional de Economia Solidária

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi criada com a missão de valorizar a cooperação e a autogestão, contribuir para combater a pobreza e a desigualdade social e promover processos de desenvolvimento mais justos e solidários.

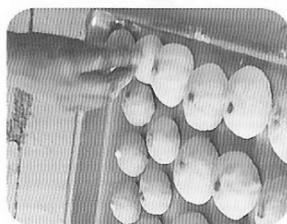
**MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária:** Esplanada dos Ministérios, Bloco F, s/n. 339 - Brasília, DF - Telefone: (61) 3317 6308  
Fax: (61) 3317 8221 - [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

## O que é Economia Solidária?



**Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar ninguém, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, sem patrão nem empregado, cada um pensando no bem de todos e no seu próprio bem.**

**A Economia Solidária é uma prática regida pelos valores de autogestão,**



**democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável global e coletivo.**

Também é entendida como uma estratégia de enfrentamento da exclusão social e da precarização do trabalho, sustentada em formas coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda.



## Como você pode participar?



### ■ Consumindo solidariamente

Já existem no Brasil milhares de empreendimentos solidários: são cooperativas ou associações de trabalhadores no campo e na cidade, lojas de consumo solidário, empresas recuperadas administradas pelos operários, agências de turismo solidário entre outros empreendimentos, onde em vez de exploração do trabalho, há cooperação, e respeito pela mãe natureza em lugar da destruição do ambiente.

Por isso, quanto mais pessoas comprarem bens e serviços produzidos solidariamente, mais esses empreendimentos vão crescer e se fortalecer. É importante comprar alimentos, vestuário, móveis ou serviços produzidos por grupos onde tudo é decidido em pé de igualdade, os ganhos são repartidos entre todos e o ambiente é cuidado. Assim, fazemos crescer a nova economia baseada na colaboração, onde o mais importante é o bem estar das pessoas, não os lucros.

### ■ Frequentando as Feiras e eventos de Economia Solidária

As Feiras e Festivais de Economia Solidária, os Centros de Comercialização Solidários são pontos de encontro entre quem produz de forma solidária e quem decide conscientemente adquirir esses produtos e serviços. E mesmo que você não compre nada, no encontro com quem produz, você vai começar a comprar a ideia dessa outra economia, em que a prioridade não é o lucro — é a vida.



### ■ Informando-se e passando adiante a notícia de que outra economia acontece

Você pode divulgar os empreendimentos solidários da sua cidade para os amigos e vizinhos; se é professor, fale sobre a Economia Solidária com seus alunos; se é comunicador, escreva, fale, fotografe as iniciativas de economia solidária; se é comerciante, anuncie e mostre nas suas prateleiras os produtos solidários.

## ANEXO B – Folder ITCP/FURB

## OS GANSOS E A COOPERAÇÃO

Você sabe por que gansos, quando voam, sempre estabelecem uma formação "V"?

- A medíca em que cada ave bate suas asas, ela cria uma área de sustentação para a ave seguinte. Voando em formação "V", o grupo inteiro consegue voar, pelo menos 71% a mais do que se cada ave voasse isoladamente.
- Quando o ganso líder se cansa, ele vai para a parte de trás do "V", enquanto um outro ganso assume a ponta.
- Os gansos de trás grasnam para encorajar os da frente e manterem o ritmo e a velocidade.
- Quando um ganso adoece ou se fere e deixa o grupo, dois outros gansos saem da formação e seguem-no para ajudá-lo e protegê-lo. Eles acompanham até que suas condições melhorarem e então, os três reiniciam a jornada, juntando-se à outra formação, até encontrar o grupo original.

**"Gansos, uma metáfora onde a solidariedade é premissa fundamental" Autor desconhecido**





Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITCP/Unitrabalho  
 IPS/PROPEP/PROERC/FURB  
 Rua São Paulo, 1525 Sala 04  
 CEP 89.010-971 Blumenau/SC  
 (47) 321-0492/321-0528 itcp@furb.br

Financiador



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina



UNIVERSIDADE DE FURB



ITCP

## O que é uma ITCP

É um programa, desenvolvido na FURB, que presta serviços necessários para o início, desenvolvimento e/ou reciclagem de cooperativas ou grupos de trabalho associativo, denominados de Empreendimentos de Economia Solidária - EES.

É uma linha de extensão universitária que disponibiliza um núcleo básico interdisciplinar formado pelo quadro: docente, discente, técnico e acadêmico.

Procura socializar o conhecimento da academia junto aos setores populares, para que consigam não só uma melhor inserção social no plano de trabalho como avançar na conquista da cidadania plena.

Fundamenta-se nos princípios do cooperativismo autogestionário, no reconhecimento da cultura, do saber e dos anseios da comunidade.

## Objetivos do projeto

- Estimular a formação de empreendimentos de economia solidária no município de Blumenau e região, como forma de geração de trabalho e renda, desenvolvendo a prática autogestionária e o espírito empreendedor;
- Promover a capacitação de cooperados/empreendedores através de cursos de qualificação profissional continuada;
- Prestar assessoria e acompanhamento nas áreas: social, educacional, jurídica, administrativa, de mercado, contabilidade, econômica, tecnológica, entre outras;
- Articular pesquisa, ensino extensão, voltados para a economia solidária, construindo novas formas de relação entre a Universidade e as organizações;
- Articular os empreendimentos de Economia Solidária da região;
- Desenvolver ações junto ao poder público e iniciativa privada, objetivando a criação de políticas públicas de efetivação do direito ao trabalho e apoio à economia solidária;

## Equipes de Trabalho

1. Equipe de Mobilização: realiza a sensibilização e motivação do público alvo, estudando o contexto social, econômico e cultural do mesmo, com avaliação de demandas e desencadeamento de processos participativos;
2. Equipe de Capacitação: realiza educação para o cooperativismo, autogestão, qualificação profissional, assessorando a elaboração de projetos;
3. Equipe de Organização e Gestão: assessoria nas áreas de: planejamento, jurídica, contábil, administrativa e social. Orientação para assegurar a gestão cooperativa e autogestionária;
4. Equipe de Viabilização Econômica: identificação das fontes de financiamento, elaboração de projetos de viabilização econômica e social; Assessoria no desenvolvimento tecnológico da produção.

## Projetos Desenvolvidos

- INCUBAGEM de Associações, Cooperativas e Empreendimentos Solidários e Incubadoras;
- CURSOS de Capacitação para Empreendedores de Economia Solidária;
- REDE de Empreendimentos de Economia Solidária - RESVI;
- Assessoria a Governos para Implementação de Políticas Públicas de Trabalho;
- Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Economia Solidária - EJA.

A ITCP da FURB integra a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares da Unibrasil Nacional.

**ANEXO C – Estatuto APRI**

Ref. Nº 6.263/05

**Estatuto da  
Associação Participativa Recycle Indaial -  
APRI****ÍNDICE**

<b>Capítulo I</b>	<b>Da denominação, duração, fins, natureza e sede.</b>
Capítulo II	<b>Do quadro de associados.</b>
Capítulo III	<b>Da admissão, suspensão, exclusão e demissão.</b>
Capítulo IV	<b>Dos direitos e deveres dos associados.</b>
Capítulo V	<b>Da estrutura administrativa.</b>
Capítulo VI	<b>Das assembleias.</b>
Capítulo VII	<b>Do conselho de administração.</b>
<b>Capítulo VIII</b>	<b>Do conselho fiscal.</b>
Capítulo X	<b>Da secretaria executiva.</b>
Capítulo XI	<b>Do processo eletivo.</b>
Capítulo XII	<b>Da receita e patrimônio.</b>
Capítulo XIII	<b>Dos livros.</b>
Capítulo XIV	<b>Das disposições gerais.</b>
Capítulo XV	<b>Das disposições transitórias.</b>

# Estatuto da **Associação Participativa Recicle Indaial - APRI**

## **Capítulo I**

**Da denominação, duração, fins, natureza e sede.**

**Artigo 1º** - A **Associação Participativa Recicle Indaial - APRI**, fundada em 28 de setembro de 2002, é uma associação sem fins econômicos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

**Artigo 2º** - A sede provisória da **Associação Participativa Recicle Indaial - APRI**, fica à rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1274, bairro Tapajós, Município de Indaial, Estado de Santa Catarina, CEP 89.130.000.

**Artigo 3º** - O prazo de duração da **Associação Participativa Recicle Indaial - APRI**, é indeterminado.

**Artigo 4º** - A finalidade da **Associação Participativa Recicle Indaial - APRI** consistem em:

- 4.1- incentivar, organizar e sistematizar as atividades dos Catadores de Materiais Recicláveis;
- 4.2- comercializar os materiais recicláveis de seus associados de forma conjunta, visando agregar valor à venda;
- 4.3- qualificar os catadores de materiais recicláveis para o exercício desta atividade econômica;
- 4.4- desenvolver ações de solidariedade entre os associados, harmonizando sua atividade individual com fortalecimento do sentido cooperativo do grupo;
- 4.5- obter de forma direta, junto a instituições públicas ou privadas, a título de empréstimo, financiamento, ou de forma não gravosa, recursos, bens, equipamentos ou serviços que favoreçam o alcance dos objetivos sociais;
- 4.6- realizar trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, promovendo intercâmbio de conhecimentos entre associados, entidades públicas e privadas;
- 4.7 – organizar núcleos comunitários de coleta e de reciclagem;
- 4.8 – organizar e administrar centros de coleta, reciclagem e beneficiamento de resíduos;
- 4.9 – desenvolver novos modelos experimentais não lucrativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- 4.10 – desenvolver estudos e pesquisas;
- 4.11– desenvolver o voluntariado;
- 4.12– organizar centro de profissionalização, com ênfase aos jovens carentes;
- 4.13- organizar programas de assessoria, assistência e gestão de programas ambientais para o poder público e privado;
- 4.14- integrar atividade social com programas de reciclagem;

- 4.15- desenvolver estágios;
- 4.16- desenvolver programas de gestão de aterros privados e públicos com reaproveitamento para geração de energia alternativa;
- 4.17– desenvolver atividade de defesa ambiental;
- 4.18- desenvolver programas de seqüestro de carbono.

**Artigo 5º** - A fim de cumprir as suas finalidades, a **Associação Participativa Recycle Indaial - APRI**, poderá firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos ou contratos de gestão, termos de cooperação e articular-se de forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas e privadas nacional e estrangeira, assim como, com empresas.

**Artigo 6º** – A **Associação Participativa Recycle Indaial - APRI**, para sua identificação poderá adotar logomarca e poderá ser denominada simplesmente de **APRI**.

**Artigo 7º** - A **Associação Participativa Recycle Indaial - APRI**, poderá desenvolver atividades em todo território nacional em forma de filial ou licenciada.

## **Capítulo II** **Dos Associados**

**Artigo 8º** - O quadro de associados do **Associação Participativa Recycle Indaial - APRI**, é constituído da seguinte classificação:

- 8.1 – associado fundador;
- 8.2 – associado efetivo;
- 8.3 – associado contribuinte;
- 8.4 – associado voluntário;
- 8.5 – associado profissional;
- 8.6 – associado benemérito;
- 8.7 – associado patrocinador;
- 8.8 – associado institucional.

**Artigo 9º** - É associado fundador, pessoa física presente na assembléia de constituição, e que venha a pagar anuidades.

**Artigo 10** - É associado efetivo, pessoa física, associado contribuinte, que tenha participado das atividades da **APRI**, por prazo não inferior a um (01) ano, sem faltas ou sanções administrativas, o qual será convidado a compor a categoria, a convite do conselho de administração e que venha a pagar anuidades.

**Artigo 11** - É associado contribuinte, pessoa física, que venha a solicitar a sua adesão após assembléia de constituição e que venha a pagar anuidades.

**Artigo 12** - É associado voluntário, pessoa física que venha a compor os serviços voluntários da **APRI**, no desenvolvimento de suas atividades, estando isento de pagamentos das anuidades.

**Artigo 13** – É associado profissional, todos os profissionais participantes do projeto ou programa da **APRI**, e que venha pagar anuidades.

**Artigo 14** - É associado benemérito, pessoa física que tenha prestado serviços relevantes à **APRI**, que seja por atividade voluntária, quer seja por doações e contribuições, estando isento de pagamento de anuidades.

**Artigo 15** - É associado patrocinador, pessoa jurídica que patrocina as atividades da **APRI**, de forma constante ou periódica, que venha a pagar anuidades ou não.

**Artigo 16** – É associado institucional, todas as pessoas jurídicas do terceiro setor ou estabelecimentos de ensino e assistência social e segmento afim que venha a participar e pagam anuidade.

**Artigo 17** - Uma pessoa pode participar de mais de uma categoria de associado, podendo optar.

**Artigo 18** - Para desenvolver serviços permanentes para a **APRI** a pessoa deverá participar do quadro de associados.

### **Capítulo III**

#### **Da admissão, suspensão, exclusão e demissão.**

**Artigo 18** - Para admissão do associado, o mesmo deverá preencher uma ficha cadastral, a qual será analisada pelo conselho de administração, e uma vez aprovado será informado seu número de matrícula e a categoria a que pertence.

**Artigo 19** - O convite para efetivar o associado contribuinte, será em forma de avaliação, sendo encaminhado pelo Conselho de administração e homologado pela assembléia geral, ao ter cumprido o prazo de um (01) ano de associado, conforme o artigo 10 do presente estatuto.

**Artigo 20** - Quando um associado infringir o presente estatuto ou venha a exercer atividades que comprometa a ética, moral ou aspecto financeiro da **APRI**, será passível de sanções da seguinte forma:

20.1 – advertência por escrito;

20.2 – suspensão dos seus direitos por tempo determinado;

20.3 – exclusão do quadro de associado.

**Artigo 21** - A advertência por escrito, será elaborada pelo conselho de administração, com aviso de recebimento, informando o motivo.

**Artigo 22** - Ocorrendo à repetição do fato, o associado será suspenso dos seus direitos, por um prazo não superior a cento e cinquenta (150) dias corridos, pelo conselho de administração, com exposição de motivos.

**Artigo 23** - Perdurando o fato, ou que venha a cometer mais transtornos, no prazo de doze (12) meses corridos, o associado será conduzido pelo conselho de

administração a pautar junto à assembléia geral extraordinária, sugerindo a sua exclusão.

**Artigo 24** - Quando do encaminhamento do associado para sua exclusão, o mesmo terá direito a defesa na assembléia.

**Artigo 25** - O associado excluído poderá retornar ao quadro de associado, após cinco (05) anos de afastamento.

**Parágrafo único:**

Quando da sua readmissão o candidato estará sujeito às recomendações vigentes no estatuto e demais normas internas.

**Artigo 26** - Para demissão espontânea do associado, basta o mesmo encaminhar a solicitação do seu afastamento temporário ou definitivo, por meio de uma correspondência, dirigida à secretaria do **APRI**.

**Artigo 27** - O associado que venha a solicitar sua demissão espontânea, poderá retornar ao quadro de associado a qualquer momento, exceto quando houver um precedente administrativo pendente, quando do seu afastamento.

**Artigo 28** - Quando ocorrer falta grave, por parte do associado, que venha a comprometer a **APRI**, o conselho de administração, poderá excluí-lo, sem a necessidade de advertência ou suspensão.

**Artigo 29** - Todo associado encaminhado para exclusão, terá direito à defesa na assembléia extraordinária subsequente.

**Artigo 30** – Quando o associado deixar de freqüentar os cursos ou atividades, sua demissão será automática.

#### **Capítulo IV**

##### **Dos direitos e deveres do associado**

**Artigo 31** - São direitos do associado:

31.1 – frequentar a sede da **APRI**;

31.2 - usufruir os serviços oferecidos pela **APRI**;

31.3 – participar das reuniões e assembléias;

31.4 - aos associados fundadores e efetivos de se candidatar a cargos eletivos;

31.5 - desempenhar as atividades para as quais foi aceita no grupo, de acordo com os objetivos sociais;

31.6 - apresentar propostas, sugestões e atividades no sentido de aprimoramento do grupo social;

31.7 - ser informado pelo Conselho de Administração da situação financeira da **APRI**;

31.8 - solicitar seu desligamento voluntário do quadro social.

**Artigo 32** - São deveres do associado:

32.1 – acatar as decisões da assembléia;

32.2 – atender aos objetivos e finalidades da **APRI**;

32.3 – zelar pelo nome da **APRI**;

32.4 - participar das atividades da APRI;

32.5 - desempenhar suas atividades individuais no sentido de seu próprio benefício e do grupo;

32.6 - cumprir e fazer cumprir o estatuto social e o regimento interno da APRI;

32.7 - fazer parte de encontros sociais e outras atividades para os quais for designado;

**Artigo 33** - Os associados fundadores e efetivos poderão pleitear cargos eletivos, desde que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

**Artigo 34** - Os associados poderão formar grupos de trabalho independente da estrutura administrativa, para desenvolver atividades como:

34.1 – serviços de voluntariado;

34.2 – realização de eventos de confraternização;

34.3 – grupos de estudos e pesquisas;

34.4 – grupos de debates.

**Parágrafo único:**

Para realização das atividades, basta comunicar à secretaria da **APRI**, indicando um responsável pelas atividades.

## **Capítulo V**

### **Da estrutura administrativa**

**Artigo 35** - A **APRI**, é composta dos seguintes órgãos para sua administração:

35.1 – assembléias;

35.2 – conselho de administração;

35.3 – conselho fiscal;

35.5 – secretaria executiva.

**Artigo 36** - O conselho de administração é composto de três (03) membros, eleitos entre os associados fundadores e efetivos, com mandato de dois (02) anos.

**Artigo 38** - O conselho fiscal é composto no mínimo de dois (02) membros, eleitos entre os associados fundadores e efetivos, com mandato de dois (02) anos.

**Artigo 39** - A secretaria executiva poderá ser contratada e remunerada, podendo ser associado ou não, sendo órgão de execução e acompanhamento.

## **Capítulo VI**

### **Das Assembléias**

**Artigo 40** - As assembléias podem ser gerais ordinárias ou extraordinárias, sendo órgão supremo de decisão da **APRI**.

**Artigo 41** - A Assembléia Geral dos Associados é integrada pela totalidade dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais e quites com suas obrigações e é o órgão supremo da APRI.

**Artigo 42** - A Assembléia Geral dos Associados se reunirá ordinariamente convocada pelo Conselho de Administração, até 10 (dez) dias após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre prestação de contas do exercício anterior, compreendendo o relatório de gestão, o balancete e/ou balanço e o parecer do Conselho Fiscal e para eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

**Artigo 43** - A assembléia geral ordinária ocorrerá sempre na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada ano.

**Artigo 44** - Compete à assembléia geral ordinária:

44.1 – eleger membros do conselho de administração e fiscal;

44.2 – aprovar planos de trabalho;

44.3 – aprovar balanços e contas.

**Artigo 45** - A assembléia geral extraordinária poderá se reunir quantas vezes forem necessárias sempre que o assunto for de interesse da **APRI**.

**Artigo 46** - As Assembléias poderão ser convocadas:

46.1 - pelo Conselho de Administração;

46.2 - pelo Conselho Fiscal;

46.3 - por pedido assinado por 20% dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

**Artigo 47** - Compete à assembléia geral extraordinária:

47.1 – discutir assuntos referentes a bens e patrimônios;

47.2 – alterar ou reformar o presente estatuto;

47.3 – dissolução da **APRI**;

47.4 – exclusão do associado;

47.5 - demais assuntos de relevância.

**Artigo 48** - A convocação das assembléias poderão ser realizadas da seguinte forma:

48.1 – por fixação de edital no quadro de aviso da secretaria da sede com antecedência mínima de sete (07) dias corridos.

48.2 – ou por meio de circular entre os associados com antecedência mínima de dez (10) dias corridos.

48.3 – ou por publicação na imprensa local, com antecedência mínima de três (03) dias corridos.

**Artigo 49** - As deliberações das assembléias gerais poderão ser da seguinte forma:

49.1 – na primeira convocação com no mínimo da metade mais um dos associados em pleno gozo dos seus direitos.

49.2 – a segunda convocação meia hora depois, com qualquer número de associados.

**Parágrafo único:**

As deliberações das assembleias serão em forma de votação com decisão de dois terço (2/3) dos presentes.

**Artigo 50** - O edital de convocação das assembleias deverá conter:

- 50.1 – data da assembleia;
- 50.2 – horário da assembleia;
- 50.3 – local com endereço completo;
- 50.4 – pauta da assembleia.

**Artigo 51** - Quando da votação de uma pauta em assembleia, todos os associados em pleno gozo dos seus direitos, poderão participar.

## **Capítulo VII**

### **Do conselho de administração**

**Artigo 52** - O conselho de administração é composto dos seguintes cargos:

- 52.1 – presidente;
- 52.2 – secretário;
- 52.3 – tesoureiro;
- 52.4 – suplente.

**Artigo 53** - Os membros do conselho de administração serão eleitos entre os associados fundadores e efetivos, com pleno gozo dos seus direitos, com mandato de dois (02) anos, com direito à reeleição.

**Artigo 54** - Compete ao conselho de administração:

- 54.1 – representar a **APRI** nos seus atos;
- 54.2 – convocar assembleias;
- 54.3 – contratar e demitir funcionários;
- 54.5 – montar planos de trabalho;
- 54.6 – administrar a **APRI**.

**Artigo 55** - Compete ao presidente do conselho de administração:

- 55.1 – representar e responder pela **APRI**,
- 55.2 – presidir reuniões e assembleias pelo menos uma vez por mês;
- 55.3 – assinar documentos, recebimentos e pagamentos em conjunto com o tesoureiro,
- 55.4 – administrar a **APRI**, em conjunto com a secretaria executiva,
- 55.5 - definir planos de trabalho, em conjunto com o conselho de administração,
- 55.6 - responder judicial e extrajudicialmente pela gestão.

**Artigo 56** - Compete ao secretário:

- 56.1 – secretariar reuniões e assembleias;
- 56.2 – arquivar documentos e correspondências;
- 56.3 – manter sobre sua guarda os livros da **APRI**;
- 56.4 – substituir o tesoureiro nas suas faltas e impedimentos;

56.5 – Redigir, ler e assinar as Atas das reuniões de Conselho de Administração e da Assembléia Geral dos Associados.

**Artigo 57** - Compete ao tesoureiro:

- 57.1 – organizar a contabilidade;
- 57.2 – assinar em conjunto com o presidente as liberações de pagamentos;
- 57.3 – montar balanço anual e os balancetes;
- 57.4 – proceder ao recebimento e pagamentos;
- 57.5 – substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos.

**Artigo 58** - Compete ao suplente do conselho de administração, substituir o secretário, nas suas faltas e impedimentos.

## **Capítulo VIII**

### **Do Conselho Fiscal**

**Artigo 59** - O conselho fiscal é composto no mínimo de dois (02) membros, eleitos entre os associados fundadores e efetivos, com mandato de dois (02) anos, com direito à reeleição, sendo composto de:

- 58.1 – titular;
- 58.2 – suplente.

**Artigo 60** - Compete ao conselho fiscal:

- 60.1 – presidir reuniões e assembleias;
- 60.2 – manifestar sobre alienação e venda de bens e patrimônios;
- 60.3 – convocar reuniões e assembleias;
- 60.4 – manifestar sobre conduta dos associados;
- 60.5 – manifestar sobre planos de trabalho.

**Artigo 61** - Ao titular do conselho fiscal compete:

- 61.1 – convocar e presidir reuniões e assembleias;
- 61.2 - assinar documentos relativos aos pareceres do conselho fiscal;
- 61.3 – representar o conselho fiscal perante o conselho de administração;
- 61.4 – votar nas matérias de apreciação;
- 61.5 – denunciar a Assembléia Geral dos associados qualquer irregularidade verificada, sugerindo medidas cabíveis;
- 61.6 – fazer registrar em Ata, as ocorrências, verificadas em cada reunião, bem como as deliberações tomadas.

**Artigo 62** - Ao suplente do conselho compete:

- 62.1 – substituir o titular nas faltas e impedimentos;
- 62.2 – secretariar as reuniões e assembleias;
- 62.3 – manter sobre sua guarda os livros e documentos relativos ao conselho fiscal;
- 62.4 – votar nas matérias de apreciação.

**Artigo 63** - O conselho fiscal poderá contratar serviços externos de terceiros para realizar auditorias e fornecer relatórios de avaliação dos programas e projetos.

## **Capítulo IX**

### **Da Secretaria Executiva**

**Artigo 64** - A estrutura administrativa e organograma da secretaria executiva, será dimensionada conforme o volume de atividades a ser administrada, podendo variar em função do número de programas e projetos da **APRI**, podendo criar coordenação dos cursos bem como respectivas reitorias.

**Artigo 65** - A secretaria executiva poderá ser contratada e remunerada

#### **Parágrafo único:**

Caso a função seja exercida por um associado, o mesmo fica com seus direitos de associado suspenso, enquanto estiver ocupando o cargo, portanto, não podendo votar nos assuntos administrativos.

**Artigo 66** - Compete à secretaria executiva:

- 66.1 - administrar a **APRI** sob comando do conselho de administração;
- 66.2 – cadastrar documentação e encaminhar para segmentos interessados;
- 66.3 – organizar os planos de trabalho;
- 66.4 – procurar meios de atualizar a **APRI**.

## **Capítulo X**

### **Do processo eletivo**

**Artigo 67** - Os cargos eletivos para conselho de administração é fiscal, são exclusivos dos associados fundadores e efetivos, que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

**Artigo 68** - A eleição ocorrerá em assembléia ordinária da seguinte forma:

- 68.1 – serão indicados dois membros entre os presentes para a condução da assembléia de eleição, que não sejam candidatos,
- 68.2 – para cada chapa candidata, será destinado um período para apresentação da sua plataforma de trabalho,
- 68.3 – a votação será secreta, aberto para todos os associados de pleno gozo dos seus direitos,
- 68.4 – os votos serão depositados em uma urna lacrada, exposta na mesa do presidente,
- 68.5 – encerrada a votação, será realizado o escrutino e a contagem dos votos,
- 68.6 – após a contagem, será proclamada a chapa eleita.

**Artigo 69** - As chapas candidatas deverão inscrever sua chapa completa, com seus respectivos nomes e cargos, em duas vias, protocoladas junto à secretaria da **APRI**, com antecedência mínima de três (03) dias corridos, antes da assembléia de eleição.

**Artigo 70** - Para impugnação da chapa, o mesmo deverá ser realizado por escrito, até dois (02) dias corridos, após o prazo estipulado para a eleição, e deverá ser protocolado junto à secretaria do **APRI**.

**Artigo 71** - A solicitação da impugnação será realizada pelo conselho fiscal ou comissão especialmente constituída para tal finalidade.

**Artigo 72** - Ocorrendo à impugnação, deverá ser marcada uma nova data para a assembléia de eleição no prazo máximo de cento e cinquenta (150) dias corridos.

**Artigo 73** - Os membros da chapa eleita deverão apresentar até a data da posse, cópias simples, dos seguintes documentos:

73.1 – RG;

73.2 – CPF;

73.3 – comprovante de residência;

73.4 – ultima declaração do imposto de renda ou comprovante de entrega – pessoa física;

73.5 – titulo de eleitor e comprovante de votação do último pleito;

73.6 – para homens, comprovante de quitação de serviço militar.

**Artigo 74** - A posse da chapa eleita ocorrerá após quinze (15) dias corridos, à data da assembléia de eleição.

**Artigo 75** - Caso algum dos membros da chapa eleita deixe de apresentar os documentos, até o prazo previsto, a chapa eleita será cancelada, devendo ser realizada nova eleição.

**Artigo 76** – Ocorrendo impugnação ou cancelamento da chapa eleita, o mandato do conselho em exercício será prorrogado automaticamente até a posse do novo conselho.

## Capítulo XI Da receita e patrimônio

**Artigo 77** - Constituem receita da **APRI**:

77.1 – contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

77.2 – doações e legados;

77.3 – usufruto que lhe forem conferidos;

77.4 – receitas de comercialização de produtos;

77.5 – rendas em seu favor constituído por terceiros;

77.6 – rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros;

77.7 – juros bancários e outras receitas financeiras;

77.8 - captação de renuncias e incentivos fiscais;

77.9 – receitas sobre direitos autorais de produção de materiais promocionais;

77.10 – resultado de comercialização de produtos de terceiros;

77.11 – resultados de prestação de serviços;

77.12 – subvenção ou recursos do governo municipal, estadual, União ou de autarquias;

77.13 – anuidades;

77.14 – recursos estrangeiros;

77.15 – patrocínios.

**Artigo 78** - Todas as receitas serão destinadas à manutenção dos objetivos da **APRI**.

**Artigo 79** - O patrimônio da **APRI** será constituído de bens identificados em escritura pública, que vier a receber por doação, legados e aquisições, livres e desembaraçadas de ônus.

**Artigo 80** - A contratação de empréstimo financeiro que venha a contrair de bancos ou através de particulares, que cause o ônus sobre o patrimônio da **APRI**, dependerá da aprovação dos Conselhos fiscal e administrativo.

**Artigo 81** – A **APRI** poderá constituir um **Fundo de Apoio Social, Fundo de Tecnologia** e demais fundos regulamentados conforme legislação pertinente.

## **Capítulo XII Dos Livros**

**Artigo 82-** A **APRI** manterá os seguintes livros:

82.1 – livro de presença das assembléias e reuniões;

82.2 – livro de ata das assembléias e reuniões;

82.3 - livros fiscais e contábil;

82.4 – demais livros exigidos pelas legislações.

**Artigo 83** - Os livros estarão sobre a guarda do secretário do conselho de administração da **APRI**, devendo ser vistado pelo presidente do conselho de administração e fiscal.

**Artigo 84** - Os livros estarão na sede da **APRI**, sendo disponibilizado para o público em geral.

**Artigo 85** - Os interessados poderão obter cópias dos livros, sem direito a sua retirada, mediante solicitação por escrito à secretaria executiva.

## **Capítulo XIII Das disposições gerais**

**Artigo 86** - Os membros dos conselhos poderão realizar assembléias parciais para discussão de assuntos específicos, cuja resolução deverá ser encaminhada para Secretaria Executiva.

**Artigo 87** - A sessão de uma assembléia poderá ser prorrogada para outra data, sem a necessidade de uma nova convocação, desde que aprovado pelos presentes.

**Artigo 88** – Os cargos dos conselhos de administração e fiscal, não são remunerados, seja a que título for, ficando expressamente vedado por parte de seus membros o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens, pelos cargos exercidos na **APRI**.

**Artigo 89** - Para a extinção a **APRI**, o processo consiste em:

94.1 – deverá ser convocada uma assembléia extraordinária especialmente para extinção, com antecedência mínima de trinta (30) dias corridos, pela imprensa local;

94.2 – a deliberação ocorrerá com dois terços dos presentes;

94.3 – sendo resolvido à extinção, o patrimônio e os bens, satisfeitos as obrigações, serão destinados a uma instituição como determinado na lei federal nº 9.790/99.

**Artigo 90** - Dentro das atividades da **APRI**, fica proibido qualquer tipo de discriminação, seja por: raça, idade, sexo, etnia ou religião.

**Artigo 91** - Nas atividades da **APRI**, ficam expressamente proibidas as manifestações de política partidária.

**Artigo 92** - A **APRI** aplica suas renda, recursos e eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos.

**Artigo 93** - Os associados não respondem solidariamente nem subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

**Artigo 94** - O exercício financeiro e fiscal da **APRI** coincidirá com o ano civil.

**Artigo 95** - Em casos de constatados problemas de conduta ética do associado ou mau uso do nome da instituição, o conselho de administração poderá propor a formação de uma comissão de sindicância, formado pelos associados, como mínimo de cinco (5) membros, para análise da situação e fornecer pareceres para decisão administrativa.

**Parágrafo único;**

A comissão terá o prazo de trinta (30) dias corridos para apresentação dos pareceres, após a sua constituição.

**Artigo 96** - Atendido o dispositivo legal, para qualificar como uma associação de interesse público fica regida pelo presente estatuto a seguinte norma:

96.1 – observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência,

96.2 – adoção de praticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório,

96.3 – constituição do conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da **APRI**,

96.4 – em caso de dissolução, além de atender o artigo 94 do presente estatuto, o patrimônio liquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei federal, preferencialmente que tenha mesmo objetivo social da **APRI**,

96.5 – na hipótese da **APRI**, perder a qualificação instituída na lei federal, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante

o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da lei federal,

96.6 – possibilidade de instituir remuneração para os dirigentes da **APRI** que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela presta serviços específicos, respeitados, em ambos os casos os valores praticados no mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

96.7 – as normas de prestação de conta a serem observadas pela **APRI**, ficam determinadas no mínimo:

- a – observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b – publicação do balanço financeiro, na imprensa local, juntamente com o resumo das atividades, certidão negativa de débitos do INSS e FGTS, bem como colocar à disposição do público em geral;
- c – quando da firmação de termos de parceria, será obedecidas as instruções do decreto federal nº 3.100/99 de 30/06/99 e serão contratada auditoria externa independente para aplicação dos recursos originários do termo de parceria;
- d – a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebida pela **APRI**, será realizada conforme determinado no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

**Artigo 97** – O processo de votação nas assembléias será regulamentado no regimento interno.

**Artigo 98** - Quando da vacância nos cargos do conselho de administração ou fiscal, poderá ser complementado a nomeação, devendo ser homologada na assembléia subsequente.

**Artigo 99** - As eventuais verbas de subvenções sociais, dotações orçamentárias ou quaisquer recursos recebidos dos poderes públicos federal, estaduais municipal ou do distrito federal não poderão ser destinados ao pagamento de pessoal.

#### **Capítulo XIV** **Das disposições transitórias**

**Artigo 100** – Com o presente texto do estatuto consolidado, revogam-se as disposições em contrário do estatuto anterior.

**Artigo 101** - O presente estatuto entra em vigor a partir desta data, devendo proceder ao trâmite legal para registro e demais providências cabíveis.

Indaial (SC), 12 de Maio de 2007.

## **Conselho de Administração**

---

Presidente. Vilmar Ficher, portador do  
CPF nº , RG nº .

---

Secretário. Egon Bornhofen, portador do  
CPF nº 304.354.719-53

---

Tesoureiro. José Luis de Oliveira, portador do  
CPF nº

## **Conselho fiscal**

---

Titular. Alexandre Tambósi, portador do  
CPF nº

---

Suplente. Pedro Tambósi, portador do  
CPF nº

---

Suplente. Pedro Virtuoso, portador do  
CPF nº

---

José Monarim/OAB/SC 9320  
Advogado

## ANEXO D – Folder APRI



# Histórico

**APRI - Promovendo Inclusão Social com Geração de Trabalho e Renda, contribuindo também para a Preservação do Meio Ambiente.**

A APRI - Associação Participativa Reciclando é uma associação de coletores de material reciclável. Seu objetivo é gerar trabalho, renda e contribuir na preservação do Meio Ambiente. Possui função econômica, ambiental e social. Econômica, porque gera emprego e renda com a venda de materiais recicláveis. Ambiental, pois reaproveita os recursos naturais, diminuindo os impactos ambientais decorrentes da geração do lixo. E social, por dar a pessoas excluídas do mercado de trabalho formal a alternativa deste trabalho de associativismo civil. Os associados estão desenvolvendo o Projeto APRI - Preservação do Meio Ambiente através da coleta de materiais recicláveis, nos bairros do município de Indaial. Assim, contribuem com o Meio Ambiente e incentivam a população ao hábito de separar o material reciclado do orgânico.

# Coleta seletiva e reciclagem

## O que é Reciclagem?

"Reciclagem é o resultado de uma série de resíduos que foram descartados, coletados, triados, acondicionados e encaminhados a indústrias de reciclagem para ser usados como matéria-prima na fabricação de novos produtos."

### Você sabia?

- Em cada tonelada de papel reciclado evita-se o corte de 20 árvores adultas.
- Que o vidro reciclado proporciona economia de 95% do total da energia que se gastaria para produzi-lo com matéria-prima virgem.
- Que o plástico coletado nos aterros e lixões demora em geral centenas de anos para se decompor.

Uma das melhores maneiras de se promover a reciclagem é a coleta seletiva, que é a separação dos resíduos que podem ser reciclados e enviados à coleta. O que não pode ser reciclado, ou seja, o lixo orgânico, pode ser transformado num composto já utilizado em hortas e jardins.

# O que pode ser reciclado

## SEPARANDO O LIXO

**PAPEL:** jornais, folhas de caderno, formulários de computador, caixas em geral, fotocópias, provas, envelopes, papel de fax, cartazes, rascunhos, revistas, caixas longa vida, papel de embrulho, caixas de ovos, caixas de papelão, listas telefônicas, aparas de papel.

**METAL:** lata de óleo, leite em pó, lata de cerveja e refrigerante, latas de conservas, extrato de tomate, cremes e doces de leite, fios encapados e desencapados, objetos de cobre, alumínio, latão, chumbo, bronze, ferro e zinco.

**VIDRO:** litros, garrafas (âmbar, branca e verde), frascos, potes, vidros de conservas, copos, vidros de cosméticos, e peças de vidro em geral.

**PLÁSTICO:** embalagem de refrigerante, garrafas e garrafinhos plásticos, potes diversos, baldes, bacias, embalagem de produtos de limpeza, copinhos descartáveis, embalagem de margarina, canos e tubos, sacos plásticos em geral.

**MATERIAL ORGÂNICO:** restos de comida, frutas e verduras estragadas. Filtros de café ou chá, alimentos vencidos ou estragados. Papel molhado ou engordurado.



Associação Participativa Recicle Indaial  
Coleta Seletiva e Reciclagem

Rua Marechal Deodoro da  
Fonseca, 1274 - Tapujós -  
Indaial - SC



ASSOCIAÇÃO PARTICIPATIVA  
RECICLE INDAIAL

geração de  
**Trabalho e Renda**  
contribuindo na Preservação do  
**Meio Ambiente**  
de nossa cidade.



## ANEXO E – Cartão APRI e COOPERTTRAN



**APRI - Associação Participativa Recicle Indaial**  
Coleta Seletiva e Reciclagem

Rua Marechal Deodoro da  
Fonseca, 1274 – Tapajós -  
Indaial - SC




**COOPERTTRAN**  
COOPERATIVA DE TERRAPLENAGEM E TRANSPORTE

Rua: Pomerode, 832 - Salto do Norte  
Blumenau - SC CEP: 89065-300  
Fone/Fax: (47) 3323-9554  
e-mail: [cooperttran@terra.com.br](mailto:cooperttran@terra.com.br)